

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-graduação em Sociologia
Área Temática: Teoria Sociológica e Pensamento Social
Linha de Pesquisa: Pensamento Social Brasileiro

Juliano Bernardes

**A Formação do Estado Desenvolvimentista
brasileiro na obra de Octávio Ianni**

Campinas, SP, Maio de 2009.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

J456f **Bernardes, Juliano**
A formação do Estado desenvolvimentista brasileiro na obra de Octávio Ianni / Juliano Bernardes. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

Orientador: Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ianni, Octávio, 1926-2004. 2. Sociologia – Brasil. 3. Estado. 4. Industrialização – Brasil. 5. I. Rego, Walquíria Gertrudes Domingues. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cn\ifch)

Título em inglês: The formation of the Brazilian developmental State in the work of Octávio Ianni

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Ianni, Octávio, 1926-2004
Sociology – Brazil
State
Industrialization – Brazil**

Área de Concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora: Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego, Milton

Lahuerta, André Pereira Botelho

Data da defesa: 08-05-2009

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Juliano Bernardes

A Formação do Estado Desenvolvimentista Brasileiro na obra de Octávio Ianni.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 08/05/2009

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego (Orientadora)

Prof. Dr. Milton Lahuerta – UNESP-Araraquara

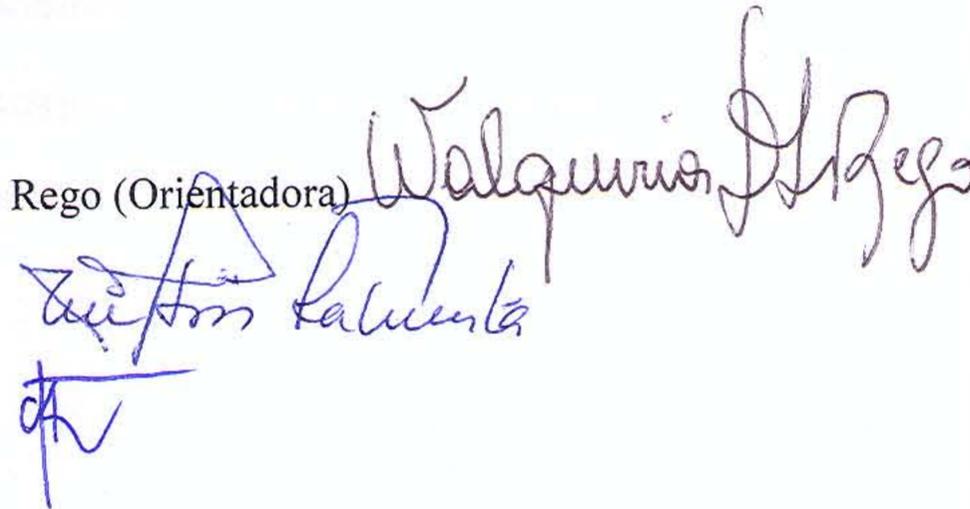
Prof. Dr. André Pereira Botelho – UFRJ

Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rego – IFCH – Unicamp (Suplente)

Prof. Dr. Marcelo Lacombe – IFCH – Unicamp (Suplente)

Maio de 2009

200918021



Resumo

A presente pesquisa de dissertação de mestrado tem como objetivo examinar parte da produção teórica do Sociólogo Octávio Ianni (1926-2004) no período em que o autor analisou as transformações ocorridas no Estado brasileiro durante a industrialização (1930-1964). Especificamente, o objetivo desta pesquisa é analisar o período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970 quando Ianni publicou obras fundamentais e polêmicas a respeito das modificações estruturais operadas no Estado brasileiro.

As pesquisas realizadas pelo autor neste período a respeito das vinculações entre o Estado brasileiro e a economia inserem-se num estudo mais amplo realizado pelo Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT)¹, vinculado a cadeira de Sociologia I, sob a coordenação do professor Florestan Fernandes. O projeto geral dessa pesquisa intitulava-se “*Economia e sociedade no Brasil: Análise sociológica do subdesenvolvimento*” e tinha outros importantes pesquisadores vinculados a esse empreendimento tais como: Fernando Henrique Cardoso, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Luiz Pereira, Paul Singer, Marialice Mencarini Foracchi, Leôncio Martins Rodrigues, Lourdes Sola, etc.

Em suma, na década de 1960, Ianni, juntamente com Florestan Fernandes e outros pesquisadores, empreendeu uma investigação sobre a *mudança social* que estava em curso no Brasil no período devido à rápida industrialização realizada neste país. Coube ao autor investigar a relação entre a atividade econômica e o poder público. Por isto, focaliza em sua pesquisa a atuação estatal frente à passagem de uma economia primária exportadora para uma economia substitutiva de importações. Segundo Ianni, o Estado brasileiro será o *centro das decisões* com relação à expansão das forças produtivas da economia capitalista. Ao longo deste período, a esfera estatal amplia sua atuação no sentido de corrigir os desequilíbrios e as distorções surgidas na economia.

Palavras-chave: 1. Ianni, Octávio, 1926-2004. 2. Sociologia – Brasil. 3. Estado. 4. Industrialização – Brasil.

¹ O CESIT foi criado em 1961 por Florestan Fernandes e seu assistente, Fernando Henrique Cardoso, onde funcionou até 1969 quando ocorreram as aposentadorias compulsórias realizadas pelo regime militar, com base no Ato Institucional nº 5 (ROMÃO, 2003).

Abstract:

The following master's thesis research has the goal of examining part of the theoretical work of the sociologist Octávio Ianni (1926-2004) during the time in which the author analyzed the transformation undergone by the Brazilian State in the time of the industrialization (1930-1964). Specifically, the objective of this research is to analyze the period between the 1960 and 1970 decades when Ianni published fundamental and polemic works in the structural modifications in the Brazilian State.

The research conducted by the author in this period about the links between the Brazilian State and the economy is part of a broader study by the Center of Industrial and Work Sociology (CESIT), linked to the chair of Sociology I, under the coordination of the professor Florestan Fernandes. The general project of this research was entitled "Economy and society in Brazil: A sociological analysis of underdevelopment" and had other important researchers tied to the enterprise such as: Fernando Henrique Cardoso, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Luiz Pereira, Paul Singer, Marialice Mencarini Foracchi, Leôncio Martins Rodrigues, Lourdes Sola, etc.

In short, in the 1960s, Ianni together with Florestan Fernandes and other researchers undertook an investigation on the social change that was on course in Brazil in the period due to the fast industrialization in the country. It was up to the author to investigate the relationship between the economical activity and the public power. Therefore, his research focuses on the state action regarding the passage from a primary exporting economy to an importation replacement economy. According to Ianni, the Brazilian State will be the center of decisions in regard to the expansion of productive forces of the capitalist economy. During this period, the state sphere expands its actuation to correct the unbalances and distortions arising in the economy.

Keywords: 1. Ianni, Octávio, 1926-2004. 2. Sociology – Brazil. 3. State. 4. Industrialization – Brazil.

Agradecimentos:

Agradeço à Walquíria Gertrudes Domingues Leão Rego que me ensinou e orientou atenciosamente nos anos de graduação e pós. Os méritos do presente trabalho devem-se totalmente à professora, os equívocos são todos de minha responsabilidade.

Agradeço também à fundação CAPES e ao programa de Pós-graduação em Sociologia que me concedeu uma bolsa de dois anos sem a qual não haveria possibilidade de pesquisa em dedicação exclusiva.

Aos funcionários da Unicamp, sobretudo do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Em especial, meus agradecimentos aos simpáticos e atenciosos funcionários da biblioteca Octávio Ianni do IFCH com quem mantive uma convivência diária. Meu sincero reconhecimento a Devison, Sueli, Ana Paula, Sandro e Ari.

Aos professores Fernando Antônio Lourenço e Elide Rugai Bastos que fizeram excelentes críticas e sugestões durante o exame de qualificação e que me auxiliaram no andamento da pesquisa. Agradeço aos professores Rogério Baptistini Mendes e Alessandro André Leme pelas sugestões durante conversas sobre a elaboração do meu projeto. E ao professor Marcelo Ridenti pelas recomendações feitas ao meu trabalho na disciplina seminários de tese.

Aos colegas do Centro de Estudos Brasileiros (CEB-UNICAMP): Ana Carolina Caruzzo Cavazza, Juliana de Oliveira Carlos, Lucas Baptista de Oliveira, Wilson Vieira, Thelma Belo Anacleto e Gilson Rodrigues sempre prestativos e

preocupados com o andamento da minha dissertação de Mestrado. Os anos de convívio, de grande amizade e aprendizagem no CEB estarão sempre marcados no meu caráter.

Um agradecimento especial aos meus amigos que desde a graduação me ajudaram diretamente de alguma forma, seja através de diálogos, apoio técnico ou lendo meus textos. São eles: Neiva Maria Borgato, Arthur Welle, Ricardo Martins Freire, Gustavo Stolf Jeuken, Livia Savignano Fortes.

Aos amigos de República, carinhosamente chamada por nós moradores de vaca-murcha. A importância do convívio com estudantes das diferentes áreas proporcionou em mim o significado e o peso do que é estudar em uma universidade. Carrego comigo durante os anos de graduação e pós a ótima convivência, o aprendizado e uma amizade eterna de todos. Saudações “vaquianas” a: Arthur Welle (Zé), Ricardo Martins Freire, Bernardus Josef Hulshof Neto, Gustavo Stolf Jeuken, Mario Balan, Matheus Pietro, Adilton Martins, Saulo Veiga, Luiz Miguel Axcar, Valdeni Pereira (*In memorian*), Márcio Augusto Scherma, Robert Bonifácio, Alexandre de Lima (Cab's), Gleidson Silva Texeira, Marcos Roberto Grassi, Robson Van Dijk (Bigode), Charlie Van der Geest (Lagarto), André Yamashiro, Paulo Bortolini (Lão), Luiz Fernando da Silva Batista (Magal), Danilo Poso Volet (Sumiço).

Agradeço e reconheço a ajuda incondicional da amiga Neiva Maria Borgato que conheceu todo o processo da pesquisa, desde a elaboração do projeto de mestrado até a redação final da dissertação. Nada poderia ocorrer sem a sua ajuda.

Finalmente, agradeço aos meus pais Dário e Késia pelo apoio incondicional à minha opção de carreira profissional. Nada do que fiz desde o vestibular aconteceria se não me apoiassem. À minha irmã, Danielle, por apresentar e incentivar esse percurso da carreira acadêmica. E à minha avó Tereza que tem um peso decisivo na minha postura intelectual por me ensinar sobre o mundo através da sua experiência de vida.

“Ah eu sei que não é possível. Não me assente o senhor por beócio. Uma coisa é por idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente – dá susto se saber – e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons...”

João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: veredas*.

À professora Walquíria Leão
Rego, pela amizade e
compreensão ao longo dos
anos.

SUMÁRIO:

1) <u>INTRODUÇÃO</u>	13
2) <u>A MODIFICAÇÃO ESTRUTURAL DO PAPEL ESTATAL</u>	19
3) <u>O DEBATE NA USP: A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SOCIOLOGIA INDUSTRIAL E DO TRABALHO (CESIT)</u>	33
4) <u>POSICIONAMENTO TEÓRICO: CRÍTICA À DUALIDADE E AO NACIONALISMO ISEBIANO</u>	41
5) <u>O GRUPO DE ESTUDOS D'O CAPITAL: O INÍCIO DO PARADIGMA MARXISTA DE ANÁLISE</u>	53
6) <u>O NACIONALISMO NA ANÁLISE DE OCTÁVIO IANNI</u>	59
7) <u>INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL</u>	65
8) <u>O ESTADO NO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA</u>	83
9) <u>PLANEJAMENTO PÚBLICO NO BRASIL</u>	93
10) <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	99
11) <u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	107
12) <u>APÊNDICE</u>	115

1) INTRODUÇÃO

A vasta bibliografia produzida pelo Octávio Ianni (1926-2004) não nos deixa mentir sobre a importância do sociólogo brasileiro em questão. Uma produção acadêmica ampla que começou na década de 1950 e foi se findar apenas em 2004, no ano do seu falecimento. Se em 1954 graduou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), em 2004 ministrava a disciplina Teoria Sociológica para o curso de Mestrado e Doutorado em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ou seja, foram cinquenta anos de trabalho e elaboração teórica ininterrupta que culminaram nos mais variados temas e questões. Como afirma seu professor, Florestan Fernandes, intelectual que o influenciou decididamente ao longo de sua carreira, *“basta percorrer a lista de suas publicações (livros, ensaios, artigos) para constatar o quanto sua condição humana (científica, intelectual e política) desdobrou-se por uma multiplicidade de objetos”* (FERNANDES, 1996, p. 14).

Nos anos 50 fez parte do grupo de pesquisadores que investigaram sobre a condição do negro no Brasil. Projeto coletivo financiado pela UNESCO, que teve Roger Bastide e Florestan Fernandes à frente, Octávio Ianni produziu obras importantes neste período como a sua dissertação de mestrado em 1956, *Raça e mobilidade Social em Florianópolis*, e sua tese de doutorado em 1961, *O negro na Sociedade de castas*. Foi nessa mesma década o início do grupo de estudos d’*O Capital* de Karl Marx, onde participou com outros professores assistentes e alunos

da FFCL de reuniões quinzenais sobre tal obra. A importância desse grupo, como discutiremos à frente, será verificada nas publicações posteriores quando o método de análise marxista influenciará no andamento das pesquisas que estavam sendo realizadas.

No início da década de 1960, constitui-se, em torno da cadeira de Sociologia I, o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), sob a coordenação de Florestan Fernandes. Em meio a uma turbulência política na década de 1960, após 30 anos de intensiva industrialização, os intelectuais uspianos empreenderam uma análise sociológica sobre a modernização do país. Ianni investigou neste momento as modificações estruturadas no Estado brasileiro, cujo objetivo era de construir um parque industrial no Brasil e consolidar definitivamente a expansão de uma economia capitalista. Esse projeto será esvaziado em 1968, com o Ato Institucional nº 5 que promoveu a aposentadoria compulsória de parte dos professores da USP. Mesmo também perdendo seu posto de professor, Ianni publicou obras fundamentais realizadas no âmbito do CESIT, tais como *Estado e Capitalismo*, em 1965, *O Colapso do Populismo no Brasil* em 1968 e *Estado e Planejamento* em 1971.

Já na década de 1970, fora da universidade, Ianni resolve integrar o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), apesar de num primeiro momento relutar a fazer parte, pois este centro, fundado por Fernando Henrique Cardoso, recebia investimento da fundação Ford, fato que na visão de Ianni poderia comprometer a autonomia intelectual.² Em 1977 volta a lecionar, mas

² Cf. ROMÃO, Wagner de Melo. *A experiência do CESIT: Sociologia e Política acadêmica nos anos 1960*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, 2003.

agora como professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em meio às greves metalúrgicas da região do ABC no início da década de 1980, Ianni faz uma análise das medidas tomadas pelo governo militar frente às reivindicações, mostrando que o aparato repressivo de 1964 ainda persistia. “*Mais uma vez, os governantes lançam mão da tese de que a sociedade é incapaz de defender-se, é incompetente, precisa ser tutelada, depurada*” (IANNI, 1980, p. 36)³.

Na década de 1990, já professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, a partir de então seu olhar voltou-se para o fenômeno bastante estudado naquele momento que é a globalização. Livros como *A Sociedade Global*, *Teorias da Globalização* e *A era do globalismo* são publicados neste período. Em suma, isto tudo foi dito para mostrar a flexibilidade e a curiosidade para os mais variados temas que permearam toda a sua carreira intelectual.

“Fazem parte desse conjunto de contribuições essenciais (ligadas estrutural e historicamente nos assuntos “menores”) o negro na sociedade brasileira do passado e do presente, movimentos políticos como populismo (privilegiando Vargas e Cárdenas), os aspectos agrários das franjas de uma sociedade civil ultra-opressivo e de um Estado que se proclama constitucional e democrático mesmo sob uma ditadura militar, as classes operárias em seu universo específico e nas migrações que geram ou prometem tensões sociais prolongadas, o Estado como instituição em processo de racionalização, de concentração da violência burguesa interna e supra nacional ou como

³ IANNI, O. *O ABC da Classe Operária*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

agente de modernização constante da dominação de classe e da diferenciação da sociedade de classes no Brasil etc.”(FERNANDES, 1996, p. 15).

* * *

A presente dissertação se propôs estudar parte da obra de Octávio Ianni, no momento em que investiga a atuação do Estado frente à Economia. Incorporado ao projeto do CESIT, o autor em questão publica obras fundamentais sobre a modificação estrutural operada no Estado.

Entretanto, para abordar a questão do Estado em Octávio Ianni, buscou-se primeiro abordar a própria modificação que o Estado sofreu no contexto mundial durante a primeira metade do século XX. As duas grandes guerras e a crise do mercado mundial que resultou no chamado *crash* em 1929 provocaram reestruturações fundamentais com relação à postura do Estado frente ao conjunto da sociedade. Portanto, serão abordados teoricamente autores que investigaram esse processo de construção de um Estado ativo que assume a função de corrigir as desigualdades provocadas pelo mercado no sistema capitalista. É importante apreender este movimento ocorrido mundialmente, pois Ianni ao iniciar seu estudo sobre o Estado brasileiro afirma que a concepção de liberalismo econômico havia entrado em ruína no mundo e que era preciso entender a especificidade ocorrida no país periférico como o Brasil. Como afirma o sociólogo em questão, não se pensa mais se o Estado deveria interferir na economia, mas nesse momento o consenso era analisar como a esfera estatal deveria atuar.

Se num primeiro momento é preciso compreender as modificações estatais, por outro é preciso explicitar o contexto teórico no Brasil. Segundo Ianni, com as crises econômicas e políticas ocorridas na Europa e nos Estados Unidos, houve uma abertura política para o país ingressar decididamente na fase substitutiva de importações. A industrialização abriu uma perspectiva nova para sociedade brasileira e intelectuais empreenderam vários estudos com o objetivo compreender e ao mesmo tempo orientar o processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Em meio à efervescência política e econômica que o país estava passando na primeira metade do século XX, constitui-se o ISEB, o CESIT, o grupo de estudos d'*O Capital*, entre outros, como será explicado mais à frente, com intuito muito claro de explicação da constituição do capitalismo industrial no Brasil. É importante colocar este contexto intelectual, bem como as possíveis divergências teóricas para melhor explicitar os pressupostos metodológicos que Ianni adota para construir sua análise explicativa, definindo a grande corrente filosófica da época que o autor selecionou para sua construção teórica⁴. Ou seja, torna-se necessário compreender o contexto intelectual que se configurava tanto na universidade de São Paulo, como o que estava sendo debatido sobre a modernização do país por outros intelectuais para melhor apreendermos as concepções octavianas.

⁴ “Seja qual for o momento da história, todo escritor e pensador do mesmo modo que todo o grupo social, encontra a seu redor número considerável de idéias, de posições religiosas, morais, políticas etc., que constituem tantas influências possíveis, dentre as quais escolherá um único ou um número pequeno de sistemas cuja influência sofrerá realmente” (GOLDMANN, 1979, p. 77).

2) A MODIFICAÇÃO ESTRUTURAL DO PAPEL ESTATAL.

No prefácio do livro *Estado e Capitalismo*, publicado em 1965, Ianni afirma que um dos acontecimentos mais notáveis do período compreendido entre 1930-1964 é a crescente importância da atividade estatal. O autor salienta que não importa o país, subdesenvolvido ou não, o problema é como o Estado deve atuar na economia, posto que a concepção liberal tornara-se política e socialmente inviável no período⁵.

Neste momento, Ianni investiga a relação entre a atividade econômica e o poder público. Ou seja, analisa a ampliação das funções que o Estado assume para dinamizar e orientar a expansão das forças produtivas, alargando, assim, seu poder de interferência para incentivar e acelerar a industrialização brasileira. Focaliza a passagem de uma economia primário-exportadora para uma economia que se baseia na industrialização substitutiva de importações. Tendo em vista estas modificações estruturais, são analisadas as possíveis conseqüências políticas e sociais ocorridas na sociedade brasileira.

Houve um momento de ruptura, no cenário mundial, durante o século XX, em que o Estado modifica sua configuração, passando de um mero guardião dos direitos civis para um papel de regulador da economia a fim de impedir catástrofes econômicas e sociais. *“De vítima passiva dos ciclos econômicos, o Estado tornou-se quase da noite para o dia uma instituição por meio da qual a sociedade podia regular as crises a fim de manter o pleno emprego”* (PRZEWORSKI, 1969, p. 53).

⁵ *“As tendências reais dos processos econômicos tornaram obsoleta a concepção liberal sobre as relações do governo com o mundo da produção”* (IANNI, 1965, p. 3).

No entanto, conforme demonstra Karl Polanyi, em seu livro *A Grande Transformação*, a crise do modelo de Estado liberal não ocorreu da noite para o dia. Na realidade, começou a ruir ainda durante o século XIX, posto que a concepção acerca do liberalismo econômico fundamentara-se em instituições precárias. O autor em questão argumenta que a “*Civilização do século dezanove*” passou por um longo período de aproximadamente cem anos em uma relativa paz e prosperidade entre as grandes potências. O diagnóstico dessa calma era bem simples: essa sociedade firmava-se em quatro instituições que tornaram possível a manutenção da ordem existente. A primeira era o que Polanyi chamou de *equilíbrio de poder* entre as grandes potências, cuja consequência foi o impedimento de qualquer guerra prolongada entre as nações. A segunda instituição era o *padrão-ouro internacional* que contribuiu para a unificação do mercado mundial. A terceira que, segundo o autor, proporcionou um bem-estar material sem precedentes, foi o *mercado auto-regulável*. E, finalmente, a quarta, que serviu de base política para as três primeiras, constituiu-se no *Estado liberal*.

Todo esse arcabouço institucional tinha como espinha dorsal o mercado auto-regulável, pois o padrão-ouro foi apenas um mecanismo de proliferação desse mercado no plano internacional. O equilíbrio de poder, na realidade, consistia num acordo tácito de todas as partes para não prejudicar o seu andamento. Uma guerra não seria conveniente para nenhuma grande potência, já que acabaria com o sistema monetário internacional e com o mercado mundial. Já o estado liberal não fora nada mais do que uma mera criação desse mercado auto-regulável.

O grande credo dessa época repousava na crença utópica de um mercado auto-regulável que não poderia sofrer interferências externas. Crença utópica, pois, como enfatizou Polanyi, não se compreendeu que o mercado, para poder existir, tivera que sofrer uma ação deliberada do Estado. Na realidade, o comércio na Europa Ocidental fora criado por uma intervenção estatal. Entretanto, “*animada por uma fé emocional*”, acreditava-se que um mercado livre, deixado à mercê de seus caprichos, traria o progresso da sociedade, haja vista que se pensava que a prosperidade era uma condição inerente às atividades livres de troca. No entanto, se havia algo de inerente ao mercado, a espontaneidade era um elemento que não fazia parte.

“Não havia nada de natural em relação ao laissez-faire; os mercados livres jamais poderiam funcionar deixando apenas que as coisas seguissem o seu curso. Assim como as manufaturas de algodão – a indústria mais importante do livre comércio – foram criadas com a ajuda de tarifas protetoras, de exportações subvencionadas e de subsídios indiretos dos salários, o próprio laissez-faire foi imposto pelo Estado” (POLANYI, 1980, p. 144).

Em vista disso, segundo Polanyi, a civilização do século dezenove ruiu devido a sua adesão incondicional ao mercado auto-regulável. A origem do cataclisma desse período repousou nessa tentativa utópica de querer manter algo que não poderia existir sem controle. Nenhum sistema poderia se sustentar nessa ordem, pois a auto-regulação imperfeita criara mecanismos de tensões que forçava a ruptura total desse aparato institucional.

“A dissolução do sistema econômico mundial, que se processava desde 1900, foi responsável pela tensão política que explodiu em 1914, a guerra e os tratados posteriores diminuiram superficialmente a tensão eliminando a competição alemã, embora agravassem as causas da tensão e aumentassem ainda mais acentuadamente, os obstáculos políticos e econômicos para a Paz” (POLANYI, 1980, p. 40).

O período subsequente à Primeira Guerra Mundial, seguindo a argumentação polanyana, demonstrou ser uma época eminentemente conservadora. Supunha-se que somente com o restabelecimento de uma ordem semelhante a que precedeu o período à Primeira Grande Guerra é que se poderia restaurar a paz e a prosperidade de outrora. Nenhuma época, como a década de 1920, conviveu tanto com o prestígio do liberalismo. Tentava-se restaurar o padrão-ouro e o mercado auto-regulável a qualquer custo.

“Centenas de milhões de pessoas haviam sido afetadas pelo flagelo da inflação; classes sociais inteiras, nações inteiras, haviam sido espoliadas. A estabilização da moeda se tornara o ponto focal no pensamento político dos povos e governos; a restauração do padrão-ouro era o objetivo supremo de todo o esforço organizado na área econômica. (...) Nenhum sofrimento particular, nenhuma violação de soberania, era considerada um sacrifício demasiado grande para a recuperação da integridade monetária” (POLANYI, 1980, p. 144).

Todos os sacrifícios eram encarados com um ato justo pela estabilização da economia. Entretanto, foi exatamente o insucesso desse empreendimento restaurador que produziu toda a transformação da sociedade a partir dos anos trinta. A queda da bolsa de valores em 1929 provou ser um marco na história política, econômica e social da humanidade. Não importava o país, centrais ou periféricos, de alguma maneira todos foram afetados pelo colapso.

Neste contexto, emergiram debates políticos e econômicos sobre a melhor alternativa para a sociedade. Queria-se impedir que crises devastadoras como estas pudessem voltar. Assim, o liberalismo econômico foi perdendo seu espaço em virtude do aparecimento de outros projetos políticos que lhe questionaram seus pressupostos fundamentais.

*“O debate político no período de reconstrução após a segunda grande Guerra girou em torno de opções definidas nos anos do entre - guerras. Capitalismo ou Socialismo, mercado ou Welfare State, protecionismo ou livre comércio – a compreensão dessas alternativas, seus vícios e virtudes, que vieram da agonizante experiência da Depressão. O objetivo do debate político no final da década de quarenta era evitar que catástrofes daqueles anos do crash não acontecessem novamente”*⁶
(GOUREVITH, 1988, p. 125)

⁶ *“The policy debates of the postwar reconstruction years rotated around conceptions of politics and policy options defined by interwar years. Capitalism and socialism, the market and the welfare state, protectionism and free trade – understanding of these alternatives, their vices and virtues, came from the searing experience of the Depression. The goal of policy debates in the late forties was to prevent the economic catastrophes of the interwar years from ever happening again”*
(GOUREVITH, 1988, p. 125).

Cerca de três anos depois da queda da bolsa de valores de Nova York ocorrida em 1929, a maioria dos países abandonaram suas medidas ortodoxas. A partir desse momento, emergiu uma intensa ruptura no cenário mundial: desmoronou o padrão-ouro na Grã-Bretanha, surgiram os Planos Quinquenais na Rússia, houve o início da implantação do *New Deal* nos Estados Unidos e a revolução nacional-socialista na Alemanha.

Peter Gourevith analisa a crise econômica da década de 1930 em cinco diferentes países. O autor constata que cada país, para enfrentar a crise, utilizou uma determinada forma política de ação estatal. Alguns países fortaleceram a organização dos operários, enquanto que outros, como a Alemanha, destruíram-nas; em alguns países, como a Suécia, a democracia fora fortalecida, enquanto que em outros ela deixou de existir.

“A Alemanha tentou um extensivo estímulo de demanda, em menor grau também tentaram a Suécia e os Estados Unidos, enquanto que a Grã-Bretanha rejeitou o mesmo curso. Alguns países criaram um extensivo sistema de seguridade social, enquanto que em outros foi mais contido, alguns países institucionalizaram direitos sindicais, enquanto que na Alemanha foram destruídos. O modelo de governo constitucional sobreviveu na Grã-Bretanha, na Suécia e nos Estados Unidos, mas desmoronou-se na Alemanha com o pesadelo nazista e deparou-se com obstáculos na França” (GOUREVITH, 1988, p. 125)⁷.

⁷ *“Germany tried extensive demand stimulus, as to a lesser degree did Sweden and the United States, while Britain rejected the same course. Some countries created extensive social security systems, while others were more restrained; some countries institutionalized trade –union rights, while Germany destroyed them. Constitutional government survived in Britain, Sweden and the United States collapsed into the nightmare of the Nazism in Germany, and ran aground in France”.*

Adam Przeworski (1969) destaca o fenômeno histórico que ocorreu na Europa, a partir da década de 1930, quando os social-democratas descobriram nas idéias keynesianas uma política econômica para a administração da economia capitalista⁸. Eis sua nova descoberta: a sociedade não estava mais sujeita às flutuações econômicas, pois esta podia, agora, ser controlada e o bem estar dos cidadãos seria garantido pelo papel ativo do Estado.

Gunnar Myrdal (1962) no livro *O Estado do futuro*, atenta para o fato de haver um crescimento volumoso da intervenção estatal na vida econômica no período do entre guerras: proteger o interesse nacional pela estabilidade interna tornou-se a palavra de ordem a partir de então. Era preciso, pois, impedir que catástrofes econômicas, políticas e sociais como o grande surto de fome, desemprego em massa e os conflitos de guerra pudessem retornar. Myrdal (1962) mostra que o desemprego em massa era antes aceito como processo natural de ajustes necessários do mercado e pouco se poderia fazer a respeito. Entretanto, como salienta o autor, na medida em que houve o fortalecimento da participação política da classe trabalhadora, num processo crescente de democratização, a conscientização sobre o problema do desemprego tornou-se mais explícita e a questão da seguridade social foi posta na ordem do dia. Em suma, o que começa a emergir neste período é a demanda por direitos sociais, tal qual definido por T. H. Marshall (1967), cujo intuito era a garantia de uma certa segurança econômica,

⁸ “A postura crítica adotada por Keynes não era simplesmente teórica, mas, acima de tudo, política. O que ele tinha em vista era uma maior intervenção do Estado na geração e canalização dos investimentos. Da mesma forma que a guerra é algo demasiadamente sério para ser confiada apenas aos generais, a realização dos investimentos não pode ser deixada exclusivamente aos critérios dos investidores” (SZMRECSÁNYI, 1978, p. 18).

um certo nivelamento entre os ricos e os pobres com o objetivo de tornar as oportunidades mais ou menos iguais. Para o autor, será o Estado a esfera que financiará um mínimo de segurança para cada indivíduo e certos bens e serviços. O direito social surge, portanto, como garantia ao cidadão de relativa autonomia às variações do mercado. *“Os direitos sociais, em sua forma moderna, implicam uma invasão do contrato pelo status, na subordinação do preço de mercado à justiça social, na subordinação da barganha livre por uma declaração de direitos”* (MARSHALL, 1967, p. 103).

O novo consenso consiste em não permitir que o governo se afaste dos conflitos industriais. O nível salarial e o padrão de vida dos trabalhadores são agora questões políticas e de intervenção estatal. Habermas (1987) salienta que a capacidade de êxito do Estado de bem-estar-social, que busca garantir os direitos sociais do cidadão, está no seu poder de interferência sobre o sistema econômico. De um lado, o Estado deve garantir o crescimento econômico, a competição internacional e as altas taxas de investimentos da iniciativa privada, de outro, o Estado precisa garantir os direitos sociais dos trabalhadores e sua participação política, sem que uma esfera iniba a outra.

“O compromisso do Estado social e a pacificação dos conflitos de classe devem ser obtidos através do poder estatal democraticamente legitimado, que é interposto para o zelo e a moderação do processo natural do desenvolvimento capitalista. O lado substancial do projeto nutre-se dos restos da utopia de uma sociedade do trabalho: como o status do trabalhador é normatizado pelo direito civil de participação política e pelo direito de parceria social, a massa da população tem a

oportunidade de viverem liberdade, justiça social e crescente prosperidade. Presume-se, com isso, que uma coexistência pacífica entre democracia e capitalismo pode ser assegurada através da intervenção estatal” (HABERMAS, 1987, p. 107).

Essa coexistência pacífica entre democracia e capitalismo da qual tratou Habermas, é muito bem analisada por Claus Offe (1984). Durante o século XIX, tanto o liberalismo clássico, como o marxismo clássico têm como pressuposto fundamental a incompatibilidade entre o sufrágio universal e as liberdades burguesas, sob a forma de propriedade privada e trabalho assalariado. Em seu diagnóstico sobre o século XX, constata-se que as manifestações mais notáveis são uma série de elementos que refutam esta hipótese de incompatibilidade entre democracia de massa e capitalismo.

O autor argumenta que a compatibilidade entre capitalismo e democracia deve-se a emergência histórica de dois princípios mediadores: a) os partidos políticos de massa e a competição partidária e b) o *welfare State keynesiano*. Aqui se trata de uma versão específica de democracia (com igualdade política e participação das massas) compatível com o capitalismo. É um tipo específico de capitalismo capaz de coexistir com a democracia. Cada um desses dois componentes tomou forma como consequência das duas grandes guerras: a democracia através da competição partidária após a Primeira Grande Guerra e o *Welfare State* após a Segunda Guerra Mundial.

É importante destacar outro teórico do Estado de bem-estar-social, o autor francês Pierre Rosanvallon. Pois este ao fazer uma análise sobre *la crise de l'État*

providence salienta o fato de que é impossível compreender o Estado providência bem como sua dinâmica através de um balanço histórico muito curto. Ou melhor, segundo ele, não fica muito claro definir o Estado providência como apenas um mini caminho entre o capitalismo e o socialismo ou como um mero movimento compensatório destinado a corrigir os desequilíbrios econômicos e sociais causados pelo mercado. Rosanvallon entende o Estado providência como um aprofundamento e uma radicalização do Estado protetor clássico que fora construído durante os séculos XIV ao XVIII.

Thomas Hobbes e John Locke, ao elaborarem a arquitetura do Estado protetor, fundamentam-se em dois pontos centrais: a proteção da vida e a proteção ao direito de propriedade. Rosanvallon aponta que estas são as matrizes do Estado providência, este se constitui como uma extensão desses direitos clássicos, mas também a favor de novos direitos garantindo, agora, a seguridade social.

“Mas como se opera a passagem desta concepção protetora para uma concepção de Estado providência? O Estado providência é muito mais complexo do que o Estado Protetor: ele possui não apenas a função de proteger os direitos já adquiridos (a vida e a propriedade); mas também ele visa igualmente ações positivas (de redistribuição de renda, de regulamentação das relações sociais, de apoio a certos serviços coletivos, etc.)” (ROSANVALLON, 1981, p. 22)⁹.

⁹ *“Mais comment s’est opérée le passage de cette conception protectrice à la conception providentielle de l’État ? L’État-providence est en effect beaucoup plus complexe que l’État-protecteur: il n’a pas seulement pour fonction de protéger des acquis (la vie et la propriété) ; il vise également des actions positives (de redistribution des revenus, de réglementation des rapports sociaux, de prise en charge de certains services collectifs, etc.)”.*

Segundo Pierre Rosanvallon, a teoria marxista explica essa passagem de um modo que é bem conhecido. O desenvolvimento das funções estatais de interferência econômica e social é simplesmente uma resposta às contradições e às exigências da economia capitalista, seja como uma tendência a favor da superacumulação, seja como um meio de compensar o déficit social. O autor sugere uma outra explicação que, nas suas palavras, seria mais filosófica e política: se o Estado providência surgiu em épocas de crises é porque esses períodos constituem-se em tempos de provação, a favor de uma reformulação para um novo contrato social. E este período de crise que o autor trata são as duas guerras mundiais.

Percebemos, portanto, que apesar de propor uma explicação mais filosófica para o problema do surgimento do Estado de bem estar social, baseando-se na teoria política clássica, Rosanvallon também acaba remontando as origens deste Estado nas crises da primeira metade do século XX.

O debate sobre a construção do *Welfare State* e sobre o planejamento econômico chega ao Brasil, e ao chegar neste país abarca novos temas tais como a especificidade de uma economia periférica, e o desenvolvimento de uma economia nacional autônoma. A grande influência no debate brasileiro virá com a Comissão Especial para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas criado em 1948.

O pressuposto deste órgão é que a livre concorrência causa uma certa desvantagem aos países da América Latina. Ou seja, não há uma harmonia de interesses e esta relação de trocas entre os países do centro com os países da

periferia condenará os segundos a viver numa condição de subdesenvolvimento, ou melhor, em uma situação agrário-exportadora. Em suma, o que a CEPAL critica, neste momento, é a ordem liberal de concorrência perfeita, que trará sempre desvantagens aos países não-industrializados.

A crise político-econômica nas primeiras décadas do século XX levou a uma ruptura do padrão mundial sobre como explicar o mecanismo econômico mundial. Especificamente na América Latina, a CEPAL foi um órgão criado para investigar a peculiaridade de seus fenômenos. Vale ressaltar o depoimento de Raul Prebisch acerca dos anos difíceis de crises que o levou a refletir sobre a estrutura econômica latino-americana, seus pressupostos fundamentais caíram por terra:

“Quanto a mim, tomo meus trinta e tantos anos de não-conformismo. Digo isto porque a depressão mundial foi para mim uma grande lição e porque algo daquela experiência foi introduzida depois nos trabalhos da CEPAL. Eu acreditava em tudo aquilo que os livros clássicos dos grandes centros me tinham ensinado. Acreditava no livre comércio e no funcionamento automático do padrão-ouro. Pensava que todos os problemas do desenvolvimento eram resolvidos com o livre jogo das forças da economia internacional ou mesmo do mercado interno. Mas quando veio a grande depressão mundial, a ansiedade desses anos levou-me passo a passo a dismantelar e atirar ao mar tudo que tinham me ensinado. Tão grande era a contradição entre a realidade e a interpretação teórica desenvolvida pelos grandes centros, cuja

interpretação não só foi ineficaz, quando posta em prática, mas também contraproducente” (PREBISCH, 1963, p. XII).¹⁰

Portanto, essa crise econômica, política e social ocorrida nos países ricos, tal qual analisada pelos autores citados acima, também atingiu e influenciou países periféricos. A partir disso, uma nova concepção com relação ao papel do Estado emerge no Brasil não só através de debates, mas também através da ação de atores políticos. Com a industrialização, novos agentes, tais como a classe operária, surgem fazendo novas demandas e obrigando, com isso, o Estado a interferir nestas tensões. No bojo deste processo, Octávio Ianni vai estudar o Estado, para compreender quais são as novas funções que esta esfera vem assumindo no país e, também, qual será sua especificidade num país periférico.

Ao mesmo tempo em que as crises econômicas ocorridas no mercado mundial, a partir de 1929, e as crises políticas desembocadas nas duas guerras mundiais proporcionaram as novas configurações políticas, econômicas e sociais na Europa, conforme foi assinalado acima, essa mesma crise, também proporcionou, de acordo com Octávio Ianni, a formulação de novas técnicas e órgãos para a atuação governamental no Brasil. Com esses colapsos, foram explicitadas as fragilidades e os pontos de estrangulamento da economia

¹⁰ *“En lo que a mí respecta, creo va tener mis treinta y tantos años de no conformismo. Y digo esto, porque la depresión mundial fue para mí una gran lección y porque algo de aquella experiencia se ha introducido después de la obra de la CEPAL. Yo creía en todo aquello que los libros clásicos de los grandes centros me habían enseñado. Creía en el libre cambio y en el funcionamiento automático del patrón oro. Creía que todos los problemas de desarrollo se resolvían por el libre juego de las fuerzas de la economía internacional o de la economía interna. Pero cuando vino la gran depresión mundial, aquellos años de zozobra me llevaron a ir desarticulando paso a paso todo lo que se me había enseñado y arrojarlo por la borda. Era tan grande la contradicción entre la realidad y la interpretación teórica elaborada en los grandes centros, que la interpretación no sólo resultaba inoperante cuando se llevaba a la práctica, sino también contraproducente”*

brasileira. Dito de outra forma, nesse contexto de tensões, os governantes são obrigados a tomar medidas para proteger determinados setores econômicos, além das condições sociais e políticas de funcionamento do regime (IANNI, 1996).

“Assim as crises econômicas (ou as crises ao mesmo tempo econômicas e políticas) têm sido acontecimentos importantes para a explicação de por que o Estado passa a desempenhar funções cada vez mais complexas na economia do Brasil” (IANNI, 1996, p. 304).

O Estado, em face das flutuações econômicas, busca restaurar a “eunomia” do sistema. Sob a forma de planejamento público, a atividade estatal brasileira, a partir de 1930, intervém decididamente na economia em diversas frentes para acelerar e preservar o ritmo de desenvolvimento econômico. A política de planejamento tornou-se um consenso entre técnicos e empresários, ainda que tivessem entre eles concepções diferentes acerca da realidade (IANNI, 1965)¹¹.

¹¹ *“Em face do pauperismo, da pobreza de recursos, das deficiências da técnica, das disparidades regionais, das fraquezas do protecionismo, da inflação, dos problemas gerados com a guerra e da consciência empresarial inexperiente, o Estado se propõe talvez pela primeira vez o planejamento nacional” (IANNI, 1965, p. 59).*

3) O DEBATE NA USP: A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SOCIOLOGIA INDUSTRIAL E DO TRABALHO (CESIT).

“No Rio, tempos do ISEB. Na Maria Antônia, os sociólogos explicavam a diferença conceitual e política entre as expressões “país atrasado” e “país subdesenvolvido” (ainda não chegara o momento do “país em vias de desenvolvimento” nem do “país dependente”). Desenvolvimento desigual e combinado, ainda não, mas quase chegando lá. Debatia-se o projeto (a palavra correspondia, para fins de localização no universo pensante, ao uso que, mais tarde, seria feito do termo “leitura”, esquecidos, os que a usavam, de sua origem existencialista pequeno-burguesa decadente). Coisas do tempo da revolução democrática burguesa, do nacionalismo. Há ou não um pensamento brasileiro? É preciso criá-lo, se não existir. Qual é o caráter nacional brasileiro? Quem é o povo no Brasil? Artigos da revista brasiliense e no suplemento literário do Estadão. No curso de ética e política os alunos de Filosofia, História e Ciências Sociais enfrentavam a dissertação: “quais os problemas éticos de um indivíduo de um país subdesenvolvido?” E a meninada do CPC entoava o “Big Ben”, repetindo o refrão: “subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido” (CHAUÍ, 1988, p. 243).

Diante das transformações ocorridas no país a partir da década de 1930, sob a égide de um *Brasil Moderno*, conforme foi dito na introdução da presente dissertação, intelectuais brasileiros buscaram entender o processo de *mudança social* que estava ocorrendo no país. Especificamente, a escola paulista de sociologia, denominação que se atribuiu ao grupo liderado por Florestan Fernandes, empreende uma análise sociológica do subdesenvolvimento que coloca em xeque a política econômica adotada pelo país. Professor catedrático da USP, Fernandes reuniu em torno de si um grupo de pesquisadores, a partir da década de 60, com intuito de fazer uma análise sociológica do desenvolvimento econômico brasileiro. Neste quadro, o projeto do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), ligado a cadeira de Sociologia I, visava estudar a dinâmica da industrialização brasileira bem como as *mudanças sociais* ocorridas a partir da revolução de 1930. Depois de se deter por vários anos na investigação sobre a

questão racial no Brasil, houve uma mudança de foco para as questões ligadas ao desenvolvimento econômico brasileiro.

Entretanto, é preciso deixar claro que no período em que pesquisaram sobre a condição do negro no Brasil, os pesquisadores uspianos também estavam preocupados com os problemas mais gerais da sociedade, tais como a condição brasileira de país atrasado. Como salienta Elide Rugai Bastos (2002), é um equívoco abordar, por exemplo, o livro *A integração do Negro na sociedade de classes* como sendo uma obra que trata somente da questão racial no Brasil. Na realidade, a questão do negro é um objeto de estudo que visava explicitar que uma certa camada da sociedade brasileira não tem condições de constituir-se de modo pleno, na medida em que como antigos escravos, por um lado, não são excluídos totalmente da sociedade brasileira, por outro, participam dela em condições precárias, situado na periferia do sistema, como mão-de-obra barata e sem ocupar postos importantes de emprego. Situação esta que denota toda a incompletude de haver no Brasil uma sociedade verdadeiramente democrática em que todos os agentes sociais participam no conjunto da coletividade. *“Em outros termos, a inclusão/exclusão do negro opera como um “buraco negro” na sociedade brasileira, caracterizando sua incompletude em relação a um projeto realmente emancipatório”* (BASTOS, 2002, p. 192).

Isto é posto para explicar que não é a partir do CESIT que o estudo sobre os efeitos do atraso no Brasil é colocado na pauta desses pesquisadores. Mas é com a criação deste centro que se busca uma atuação mais efetiva dentro do debate político nacional (ROMÃO, 2003). No início da década de 1960, em meio à efervescência político-cultural, esses intelectuais decidem entrar na esfera das

discussões sobre o andamento das políticas econômicas e os rumos tomados para o desenvolvimento do país. Trata-se de diagnosticar, através das ciências sociais, “*a possibilidade de saber aonde chegamos e para onde vamos no processo de expansão da civilização industrial no Brasil*” (FERNANDES, 1976, p. 317).

Vale a pena ressaltar que antes da formulação do centro, Florestan e o seu grupo de pesquisadores obtiveram a experiência de participar ativamente na militância política. A campanha em defesa da escola pública mobilizou não só o coordenador da cadeira de Sociologia I como também seus assistentes. Em 1960, a câmara dos deputados aprovou um projeto de lei que atendia aos interesses do setor privado “*subvertendo tradições fortemente consagradas pela experiência republicana*” (FERNANDES, 1976, p.113). Octávio Ianni (1963), um dos assistentes que participou ativamente em seminários, em artigos para revistas, chega a afirmar que se constituía de uma acintosa resistência das forças tradicionais da educação.

“Em verdade, o revigoramento de determinadas tradições educacionais não é simplesmente um fenômeno vinculado ao conservantismo de grupos sociais ligados à civilização agrária predominante anteriormente, mas um efeito inevitável da reorganização do sistema social, onde se constituem novas e mais complexas formas de dominação e onde, necessariamente, as instituições que cristalizam ou preservam privilégios precisam ser mantidas, redefinidas ou criadas” (IANNI, 1963, p. 193).

A partir disso, surgiu um movimento que aglutinou professores, estudantes e outras camadas da sociedade brasileira em defesa da escola pública. Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Marialice Foracchi, Luiz Pereira e outros participaram decididamente na campanha e publicaram uma série de artigos sobre as condições do aprendizado no Brasil, bem como integraram em palestras e encontros para discutir o tema¹².

A importância desse movimento está no fato de que foram geradas modificações em Florestan Fernandes, com relação à sua análise sobre a realidade brasileira. Sua postura frente à elite brasileira cada vez mais se torna crítica. Vale dizer que a derrota na campanha da escola pública estabeleceu uma nova interpretação acerca das possibilidades sobre a democratização no Brasil (ROMÃO, 2003). Já para Milton Lahuerta (1999), o impacto dessa campanha e o deslocamento para a esquerda da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP proporcionaram o início de um distanciamento de Florestan com o funcionalismo e, ao mesmo tempo, uma retomada da leitura de Marx para dialogar com seus assistentes que há alguns anos participavam de um grupo de estudos sobre *O Capital*¹³.

Em suma, ao analisarmos o início da criação do CESIT devemos estar a par de pontos importantes: a experiência da recém saída de um movimento em

¹² “Excluindo-se as tarefas de teor impessoal (vinculadas às reuniões oficiais da direção do movimento ou à participação de grupos de trabalho formalmente organizados), o sociólogo em questão encarregou-se: de 39 conferências dedicadas à análise e crítica do projeto de Diretrizes e Bases, feitas em auditórios de composição e níveis intelectuais variáveis; 4 comunicações sobre temas educacionais, desenvolvidas em convenções formais; participação em 3 mesas redondas, em canais de televisão, e 2 mesas-redondas em recintos fechados, para públicos especiais; 1 exposição no decorrer de um comício, preparado por entidades sindicais operárias; 5 conferências em que o assunto foi debatido do ângulo de algum problema educacional básico, preparadas para públicos orgânicos” (FERNANDES, 1976, 117).

¹³ Mais à frente este tema será mais bem tratado.

que foram derrotados politicamente e a adoção do marxismo como instrumento de análise da realidade brasileira, primeiramente por parte dos assistentes e, depois, por Florestan Fernandes. O centro se tornou um espaço institucional para onde confluíam todas as preocupações dos integrantes da cadeira de Sociologia I (LAHUERTA, 1999).

De acordo com Wagner de Melo Romão (2003), pode-se identificar pelo menos duas influências externas na constituição e no funcionamento do CESIT: os sociólogos franceses especializados na sociologia industrial e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Na realidade, havia uma proximidade institucional entre a sociologia uspiana e os primeiros. Devido à constante colaboração entre os membros do CESIT e o *Laboratoire de Sociologie Industrielle*, cujo diretor era Alain Touraine, muitos pesquisadores viajaram para França com intuito de aperfeiçoar seus conhecimentos acerca do tema. “A própria criação do CESIT teria sido inspirada em seu exemplo francês” (ROMÃO, 2003, p. 52). Por outro lado, há algum tempo a CEPAL discutia sobre a questão do desenvolvimento econômico na América Latina e investigava como estes países subdesenvolvidos se inseriam no âmbito do capitalismo mundial. Romão afirma que apesar de não haver nenhum indício de uma proximidade institucional entre a CEPAL e o CESIT, é possível identificar semelhanças nas formulações entre o órgão da ONU e o projeto de Florestan Fernandes. A premissa de Raul Prebisch e seus companheiros de que a América Latina não iria reproduzir a mesma evolução do processo histórico capitalista dos grandes centros e que “*el proceso de desarrollo latinoamericano había características completamente distintas que exigía una política consciente y deliberada para actuar sobre las fuerzas Del*

desarrollo” (PREBISCH, 1963, p. XIV), está bem claro para Fernandes quando afirma que “*os fortes anseios de salto histórico esbarram, assim, na herança social e no horizonte cultural preexistentes, os quais filtram e solapam, de modo inexorável, as tentativas e as tendências de inovação sócio-cultural*” (FERNANDES, 1976, p. 315).

Na logística da pesquisa temática, foram definidos quatro temas, em que cada pesquisador estava responsável sobre uma área estabelecida, para que fosse completada a análise sociológica da modernização no Brasil. Haja vista que no início do projeto apenas abarcava-se a estrutura da empresa industrial em São Paulo. Apenas a região do ABC e a capital do estado estariam na pauta dos pesquisadores em questão. Entretanto, para se compreender toda a complexidade do território nacional frente à industrialização, ampliou-se a pesquisa com a demarcação dos seguintes temas:

A investigação sobre a construção de um Estado ativo e empreendedor que interfere na esfera econômica com a finalidade de dinamizar as forças produtivas e corrigir os desequilíbrios e as desigualdades que aparecem na economia, objeto da presente pesquisa, que o sociólogo Octávio Ianni recebeu a incumbência de estudar.

Outro tema pesquisado, e não menos importante, foi a mentalidade do empresário industrial, cujo objetivo era entender o fenômeno da ideologia do empreendedor que se implantara no país, num *ethos* capitalista de competição individual, sob a responsabilidade de Fernando Henrique Cardoso.

“No esforço de explicar o processo de formação da ordem industrial-capitalista no Brasil, visto pelo prisma da constituição da camada empresarial, tentamos compreender a ação empresarial como resultado de uma estrutura determinada do mercado e da sociedade, quanto como variável que interfere na gênese desse mesmo mercado e sociedade” (CARDOSO, 1964, p. 44).

O terceiro tema analisou a força de trabalho, influenciada pelas estruturas históricas herdadas, tendo de enfrentar uma nova estrutura capitalista competitiva, bem como as distorções econômicas, demográficas e sociais surgidas com o processo de racionalização, sob a responsabilidade de Maria Sylvia de Carvalho Franco e Marialice Mencarini Forachi.

Finalmente, o último tema a ser pesquisado, para completar a amplitude desta análise, foi um estudo comparativo entre as comunidades que obtiveram sucesso numa ordem social competitiva e os “fatores societários residuais” de crescimento econômico no Brasil. Já que *“em algumas comunidades, a implantação de uma economia urbana de base artesanal ficou contida ou sofreada. Em outras, expandiu-se até chegar ao extremo da modernização tecnológica ostentado pela indústria paulista”* (FERNANDES, 1976, p. 334).

Em suma, como assevera Romão (2003), este projeto tem o objetivo de mesclar tanto uma postura acadêmica em que se constroem as bases teórico-metodológicas de uma análise sobre a realidade brasileira bem como sobre a constituição do capitalismo específico da periferia, juntamente com uma postura política de transformar o Brasil e a universidade.

Com o CESIT, o grupo de sociólogos paulista entra para valer na arena do debate sobre o desenvolvimento. Diferentemente do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que era uma instituição ligada ao governo federal através do Ministério da Educação¹⁴, o centro vinculado a cadeira de Sociologia I da USP obteve seu financiamento com a FAPESP, instituição que fazia transparecer uma certa a neutralidade frente ao tema.

Em vista disso, podemos concordar com Wagner Romão ao afirmar que há dois sujeitos na elaboração do projeto CESIT: por um lado, existe o papel do cientista que tem como objetivo aperfeiçoar o conhecimento sociológico acerca do fenômeno da industrialização e da constituição do capitalismo no Brasil; por outro lado, tem a responsabilidade do cidadão brasileiro, que tem o intuito de orientar o rumo da política econômica de desenvolvimento que temos seguido.

¹⁴ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado em 14 de julho de 1955 pelo então presidente da República João Café Filho e começou a funcionar em 1956 com cursos ministrados no auditório do Ministério da Educação. O instituto tinha como objetivo elaborar estudos sobre a realidade brasileira a fim de orientar o desenvolvimento do país. Em 1964, com o golpe militar, o instituto foi fechado. Dentre os intelectuais que participaram do ISEB podemos destacar: Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. **“História do ISEB”**. In *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, nº 1, 2 e 4, 1977 e 1978.

4) POSICIONAMENTO TEÓRICO: CRÍTICA À DUALIDADE E AO NACIONALISMO ISEBIANO.

Florestan Fernandes, ao mobilizar esta pesquisa, não visava apenas compreender o processo de desenvolvimento industrial especificamente onde ele se processou mais intensamente, no caso, o estado de São Paulo, mas, antes, abarcar a totalidade brasileira, pois como bem disse, é significativo o sacrifício econômico de todo o país para se alcançar uma industrialização em regiões especializadas.

“Essa correlação parece ser característica de ‘países subdesenvolvidos’, nos quais a industrialização nasce de incentivos econômicos especializados, mas só floresce se a nação como um todo pode suportar profundos desequilíbrios persistentes, aos quais se vinculam o crescimento econômico rápido de certas áreas e a desorganização de outras” (FERNANDES, 1976, p. 317).

Nesse mesmo sentido é que os intelectuais do CESIT vão combater a visão dualista da realidade brasileira como alguns membros do ISEB defendiam (BRITO, 2005). Jacques Lambert (1969) em seu livro *Os dois Brasis* teorizava sobre a existência de uma estrutura dualista no país. Para o autor, no interior do próprio território havia uma diferença tão acentuada que poderia identificar um país europeu avançado e um país miserável estagnado configurando-se em duas nações no interior de apenas uma. Existiria no Brasil um Oriente isolado, fruto do

passado colonial que chega ao século XX, mas que ainda não se modificou. Os resquícios do escravismo, do tradicionalismo e do isolamento ainda perduram. Em contraposição com essa cultura arcaica, existiria uma “Los Angeles” onde a concentração de imigrantes europeus com suas técnicas e estilos de vida, a emergência da grande indústria, a acumulação de capitais e o desenvolvimento dos transportes estariam contribuindo para formação de uma sociedade evoluída. Sendo assim, estariam se formando dois mundos, duas sociedades, duas eras em um mesmo território:

“Entre o Velho Brasil e o novo existem séculos de distância; no correr dos anos a diferença dos ritmos de evolução ocasionou a formação de duas sociedades, diferentes porque não são contemporâneas. Isto explica porque os observadores estrangeiros, e às vezes os próprios brasileiros, hesitam em se pronunciar sobre o verdadeiro caráter do país. Existem dois países, entre os quais é difícil distinguir o verdadeiro; na fazenda do interior, o homem do campo trabalha de enxada e transporta uma colheita insignificante em carroças rangentes que precisam ser puxadas por três ou quatro juntas de boi, porque a roda maciça não gira sobre o eixo; na cidade de São Paulo, a cada hora termina-se um prédio e, para sustentar um arranha-céu muito pesado que começa a inclinar-se congela-se o solo” (LAMBERT, 1969).

A idéia de “dois brasis”, como aponta Ianni (1965), é uma concepção mecânica da realidade, como se essas discontinuidades não tivessem articuladas ao todo e como não fossem elas mesmas necessárias ao desenvolvimento econômico na medida em que as populações pobres do norte ou nordeste

constituem-se exércitos de reserva que o mercado dispõe para se ter mão-de-obra excedente e barata. Vale ressaltar que este problema não é especificamente brasileiro, ainda que aqui se torne um tanto intenso. Na realidade, está na natureza do sistema capitalista haver desigualdades e desequilíbrios. Não existe economia capitalista perfeitamente integrada. Como assevera Francisco de Oliveira (1981), a oposição entre setor moderno e atrasado não se sustenta na medida em que existem conexões entre ambos, caracterizando uma simbiose, uma união de contrários.

“Em todos os casos, no entanto, as discontinuidades e desigualdades não significam ausência de integração global, nem a existência de uma totalidade mecânica, se supera ou se resolve em antinomias sucessivas, como quer a teoria das dualidades. O que há é uma sucessividade, no âmbito do processo de incorporação e reintegração contínua da nação ao modo capitalista de produção. Nessa seqüência, as flutuações e desarticulações são produtos necessários do tipo de racionalidade possível no sistema” (IANNI, 1965, pp. 79-80).

Em suma, esse projeto, que representou uma tentativa de explicar o *Brasil Moderno*, foi um dos trabalhos pioneiros na busca por uma neutralidade axiológica acerca do nacional-desenvolvimentismo naquele período. O objetivo era fazer uma análise baseada em metodologias científicas e isenta aos humores políticos do período.

A marcante presença de Florestan Fernandes na coordenação da cadeira de Sociologia I acabou impondo seu projeto intelectual que para Milton Lahuerta

(1999) havia dois pressupostos fundamentais: por um lado, instituir uma ciência social fundamentada em critérios metodológicos rigorosos avessos ao ensaísmo e, por outro, a busca por uma postura crítica, longe do poder político e das máquinas partidárias.

E ao empreender esta análise do subdesenvolvimento brasileiro, os autores estavam de fato desconfiados do desenvolvimentismo e do nacional-populismo e, a partir de 1962, do Governo João Goulart (PÉCAUT, 1990). Queria-se fazer uma análise que fosse além do senso comum e que pudesse orientar a “*desordenada estratégia de desenvolvimento econômico que temos seguido*” (FERNANDES, 1976).

“Na verdade, o que sabemos a respeito da mentalidade do empresário industrial, das condições e efeitos da intervenção do Estado no desenvolvimento econômico e da mobilização societária da força de trabalho em diferentes contextos sócio-culturais da comunidade nacional esclarece-nos muito pouco sobre a realidade dos nossos dias e não diz quase nada sobre o que nos reserva o futuro, se persistimos em ‘desejar o desenvolvimento’ sem uma filosofia política desenvolvimentista apropriada” (FERNANDES, 1976, 322).

Uma Filosofia política desenvolvimentista apropriada a qual está se propondo Florestan Fernandes nesse período, talvez possa ser encontrada num artigo publicado pela primeira vez em 1954 quando o autor discute se existe ou

não uma crise da democracia no Brasil¹⁵. Antes de tudo, afirma que não existe uma crise da democracia no Brasil porque ela mesma não alcançou “*uma etapa adiantada de estruturação e de maturação políticas*” (FERNANDES, 1979, p. 98). Ou seja, o passado arcaico com antigos hábitos e práticas são os efeitos da lentidão da constituição plena da ordem legal democrática.

Nesse momento em que Fernandes analisa os obstáculos à prática democrática no conjunto da sociedade, que devido à manutenção de estruturas historicamente herdadas pelo tradicionalismo, patriarcalismo colocam a maior parte da sociedade brasileira excluída da participação direta da vida política.

“Formaram-se, em conseqüência, duas orientações de comportamento, que eram sancionadas pela tradição e reforçadas por uma longa prática. De um lado, nas camadas populares, a de alheamento e de desinteresse pela vida política. De outro, nas camadas dominantes, a de que o exercício de poder político fazia parte dos privilégios inalienáveis dos setores ‘esclarecidos’ ou ‘responsáveis’ da Nação” (FERNANDES, 1979, p. 100).

No plano econômico, o Brasil estava passando por um profundo desenvolvimento e constituição do capitalismo industrial. A industrialização e a urbanização propiciaram um processo de modernização no país sem precedentes. E a preocupação de Florestan Fernandes e, também dos seus pesquisadores com este projeto, era ressaltar que valorizar apenas o desenvolvimento econômico,

¹⁵ “**Existe uma crise da democracia no Brasil?**” In *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: DIEFEL/DIFUSÃO EDITORIAL S. A., 1979.

sem valorizar, por outro lado, um desenvolvimento político na ordem representativa, não se obteria êxito pleno do próprio desenvolvimento econômico, bem como o progresso social e cultural. Ou seja, sem uma ordem social democrática, o desenvolvimento econômico será esvaziado do seu conteúdo político como projeto de nação para adquirir características de um Estado como *Comitê central da Burguesia*, onde a classe dominante reinará soberbamente sobre as demais classes.

“E a dissociação dos dois processos (o desenvolvimento ao nível econômico e ao nível político) permitiu, como se pode verificar claramente, continuar a revolução burguesa em um plano (acelerando-se o ritmo do crescimento econômico e da transição para o industrialismo), enquanto se promovia a contra-revolução pura e simples no plano político (transformação do Estado representativo autoritário em um Estado policial-militar ultra-repressivo)” (FERNANDES, 1977, pp. 262-3).

Em suma, Florestan Fernandes atenta para o fato de que a Modernização brasileira não se produziu plenamente, na medida em que não conseguiu desfazer as desigualdades sociais e políticas e não promoveu a construção de um espaço público mais democrático (REGO, 2006). Segundo Octávio Ianni, em países do terceiro mundo que buscam construir um parque industrial em seu território, existe um processo de limitação (ou até mesmo eliminação) das liberdades democráticas em favor da consolidação da hegemonia da produção industrial.

“A tendência dominante nas nações do ‘Terceiro Mundo’, em luta pelo desenvolvimento, é o endurecimento do poder. Em certos países, como no Brasil a partir de 1930, há sempre uma sorte de bonapartismo pairando sobre a nação” (IANNI, 1965b, p, 7).

Em vista disso, podemos perceber que ao mesmo tempo em que o CESIT foi fundado como uma forma de refutar o ensaísmo sociológico e o nacionalismo do ISEB (BRITO, 2005) através de uma investigação acadêmico-científica rigorosa, tomando categorias explicativas marxistas¹⁶. Wagner Romão (2003) aponta que este centro foi criado em meio a uma efervescência político cultural da década de 1960. Florestan Fernandes e seu grupo de pesquisadores propunham aperfeiçoar a compreensão da realidade e, além disso, contribuir para sua solução (ROMÃO, 2003). Dito de outra forma, o projeto inicial do CESIT possuía uma dupla justificativa: de um lado, era preciso explicar a realidade brasileira, sobretudo sua especificidade de país periférico dentro do sistema capitalista mundial; de outro, esse conhecimento produzido deveria orientar os rumos do desenvolvimento econômico.

¹⁶ A influência marxista para a explicação da realidade brasileira por parte dos intelectuais do CESIT, conforme será explicitado mais a frente, sobretudo Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, muito se deve ao grupo de estudos d’*O Capital*, em que participaram, além dos já citados, José Arthur Giannotti, Fernando A. Novais, Ruth Cardoso, Francisco Weffort, Michel Löwy, Bento Prado Jr. e Paul Singer. Constituíam-se numa nova maneira de compreender Marx com relação ao marxismo adotado até então no Brasil pela maioria dos partidos comunistas, pois se inseria longe daquela relação **teoria/prática** e, principalmente, por se inserir dentro do ambiente acadêmico da universidade. Cf. SILVA, Luiz Fernando. *Pensamento social brasileiro: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentas, 2003 e SILVA, Luiz Fernando. **“A discussão Teórico-metodológica nos marxistas acadêmicos do grupo d’O Capital”**. Revista Estudos de Sociologia, São Paulo: UNESP – Araraquara, 1997.

“Desse modo, embora não se possa considerar os pesquisadores da Sociologia I como formuladores de alguma variante da ‘ideologia desenvolvimentista’, função que se convencionou atribuir aos intelectuais ligados ao ISEB, não seria equivocado considerá-los intelectuais atuantes no debate político nacional sobre o desenvolvimento” (ROMÃO, 2003).

Caio Navarro de Toledo (1997), ao analisar a produção intelectual do ISEB, a luz das categorias explicativas marxistas, afirma que este instituto pode ser considerado como uma “fábrica de ideologias”. Toledo afirma que a ideologia nacionalista foi hegemônica no interior do ISEB, ainda que o autor considere que seria um equívoco afirmar uma unanimidade com relação ao conteúdo¹⁷. Na realidade, várias foram as compreensões ideológicas do nacionalismo.

A necessidade de forjar uma ideologia nacionalista estaria no fato de que era preciso incentivar o desenvolvimento econômico. Os intelectuais do ISEB viam uma possibilidade aberta para nação realizar o projeto de se tornar efetivamente uma potência mundial e politicamente autônoma. É preciso salientar que essa ideologia não seria uma simples propaganda política. Na realidade, tratava-se de algo que contribuiria para organizar, ordenar e sistematizar as representações da consciência das massas trabalhadoras. Vale dizer que esses ideólogos do desenvolvimento colocariam em prática os pensamentos e a maneira de sentir dos trabalhadores. Em suma, estaríamos numa época propícia a uma luta da sociedade brasileira em favor de nossa emancipação. *“A ideologia do*

¹⁷ *“Contudo, errôneo seria pensar que houvera uma unanimidade entre os isebianos quanto a conteúdo, limites e possibilidades da ideologia nacionalista” (TOLEDO, 1997, p. 142).*

desenvolvimento é necessária porque atualmente se tornou possível constituí-la” (TOLEDO, 1997, p. 45).

De acordo com os isebianos, a condição de subdesenvolvimento era uma estrutura que comprometia toda a sociedade. A consciência subdesenvolvida caracterizava-se pela ingenuidade, cuja conseqüência determinaria o nosso imobilismo e nossa decadência. Por outro lado, a ideologia do desenvolvimento proporcionaria uma nova estrutura que representaria o fim de nossa alienação e, conseqüentemente, o início da nossa emancipação.

Portanto, Toledo aponta que alienação problematizada pelos isebianos tem uma dupla face: uma que é conseqüência da própria relação de trabalho determinada pelo capitalismo; a outra ocorre devido à condição de viver num país atrasado, explorado internacionalmente. Eis aqui o ponto central: para os isebianos o fim da alienação dar-se-ia com a liquidação da dominação externa, ou seja, com o fim da contradição entre *metrópole e periferia*.

A crítica do autor e também dos integrantes do CESIT, sobretudo Octávio Ianni, é que a alienação, tal qual definida por Marx, não seria liquidada com a emancipação da nação. Os uspianos tentam mostrar que apenas o desenvolvimento econômico não traria a autonomia plena, era preciso estudar a *filosofia política desenvolvimentista apropriada*. Na medida em que o país tornar-se-ia política e economicamente independente, estaria apenas se livrando da condição de alienado como país. Entretanto, o desenvolvimento econômico que levaria a autonomia política frente aos países dominantes não colocaria o fim da alienação do trabalho.

Sendo assim, os isebianos não davam uma análise rigorosa aos problemas das classes sociais, bem como o papel dos seus agentes no interior da sociedade. “A *contradição nação x antinação representaria, para todos os isebianos, o antagonismo principal existente na formação social brasileira*” (TOLEDO, 1997, p. 137). Segundo Toledo, os isebianos entendiam que a sociedade brasileira pós-30 se encontrava dividida entre dois setores: de um lado os “dinâmicos produtivos” e, de outro, os “estáticos parasitários”. Na verdade, essa dualidade de setores são duas categorias de grupos sociais quanto à postura com relação à industrialização no Brasil. Ou seja, o primeiro grupo promove o desenvolvimento econômico e o segundo o impede.

“Nos textos isebianos não se vai além de tais esquemas, não se encontrando igualmente qualquer reflexão teórica acerca do tema das classes sociais. Estas são invocadas pela análise apenas para ressaltar a contradição dominante ou principal da sociedade brasileira e justificar o projeto ideológico nacional-desenvolvimentista. [...] Consciência de classe, posição de classe, frações, camadas, categorias sociais e outras, referências e questões de natureza teórica nunca chegam a ser elucidadas, pois nem mesmo vêm a se constituir como problemas” (TOLEDO, 1997, p. 135).

O equívoco dos isebianos, segundo os pesquisadores da cadeira de sociologia I e reforçado por Caio Navarro de Toledo foi não considerar que a vinculação da economia brasileira ao capitalismo internacional determinaria sua especificidade de país dependente. O país não passaria pelos mesmos estágios

pelo qual passaram as potências Européias e também os Estados Unidos. Está na natureza do processo de industrialização na América Latina pertencer a uma vinculação de periferia.

“A dependência constitui-se, assim, numa característica intrínseca do sistema socioeconômico dos países subdesenvolvidos; é também uma relação que determina o desenvolvimento desses países dando-lhes uma forma específica no contexto mundial – a do capitalismo dependente” (TOLEDO, 1997, p. 183).

Portanto, é por este caminho que podemos afirmar que o grupo do CESIT combatia as idéias isebianas. Maria Arminda do Nascimento Arruda (1995) assinala o fato de que a aplicação do marxismo acadêmico sobre a compreensão da realidade brasileira era um contraponto às idéias desenvolvidas pelo ISEB, na medida em que houve um certo deslocamento da reflexão paulista com relação às questões nacionais. Os seminários sobre Marx muniram teoricamente os intelectuais paulistas na arena do debate.

“Um evento significativo neste contexto foi a formação, em 1958, do que se tornou mais tarde conhecido como o grupo do capital. Jovens assistentes da FFCL decidiram então iniciar o estudo interdisciplinar da grande obra de Marx, com o intuito de aprofundar os seus conhecimentos nas áreas de suas disciplinas específicas – Filosofia, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, História – e se possível transcendê-las. Um dos participantes do grupo, Fernando Novaes, era meu professor de história na FCEA e me convidou a integrar o grupo

como “economista”, embora na época eu fosse apenas terceiranista. Pouco depois outros estudiosos de fora da Maria Antônia, como Sebastião Advíncula da Cunha e Juarez Brandão Lopez, se juntaram aos assistentes e alunos da FFCL: José Arthur Giannotti, Ruth Cardoso, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novaes, Ruy Fausto, Oswaldo Porchat, Francisco Weffort, Leôncio Martins Rodrigues, entre outros, numa atividade sistemática de debate de reflexão que se estenderia pelos sete anos seguintes e que teria significativa influência sobre a produção intelectual do país” (SINGER, 1988, p. 85).

Entretanto, como chamou atenção Basílio Sallum Jr. (2002), essa sociologia desenvolvida com fundamentação marxista, sobretudo por Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, não era dominada por um dogmatismo. Tamanha era a flexibilidade teórica, esses autores incorporaram juntamente com Marx os elementos da Sociologia de Max Weber. Podemos perceber que ao mesmo tempo em que Octávio utiliza as categorias marxistas de análise para explicar a ação estatal em favor da acumulação de capital, e do controle da força de trabalho no processo de expansão do capitalismo, há também em sua análise, uma fundamentação teórica weberiana na medida em que explica a orientação estatal no período antes de 1930 como um estilo patrimonial de ordenação econômico, social e política. Já na fase industrial, instaura-se um orientação tipicamente capitalista, cuja racionalidade é diversa da patrimonial.

5) O GRUPO DE ESTUDOS D'O CAPITAL: O INÍCIO DO PARADIGMA MARXISTA DE ANÁLISE.

Conforme já foi assinalado acima, os professores assistentes da cadeira de Sociologia I, juntamente com outros estudantes e professores de outras áreas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), tais como sociologia, economia, história, filosofia etc.¹⁸, constituíram um grupo de estudos sobre *O Capital* de Karl Marx em que se reuniam regularmente para discutir tal obra.

O objetivo inicial dos jovens acadêmicos era propiciar uma visão mais crítica e cientificamente superior do marxismo. Naquele momento, o Brasil passava por um processo político, econômico e social de radicalização e as categorias explicativas marxistas pareciam oferecer uma explicação mais plausível sobre a realidade do país do que “*outras grandes teorias sociais, mais voltadas para a ordem e o equilíbrio do que para a transformação*” (SCHWARZ, 1998, p. 102). Nesse mesmo ponto, José Arthur Giannotti (1998) assevera que a vocação científica do grupo repousava na finalidade de compreender o verdadeiro estágio do modo de produção capitalista para com isso entender realmente as especificidades e as condições do desenvolvimento capitalista no Brasil, “*com o*

¹⁸ “A composição era multidisciplinar, de acordo com a natureza do assunto, e estavam representadas a filosofia, a história, a economia, a sociologia e a antropologia” (SCHWARZ, 1998, p. 100).

intuito muito preciso de poder avaliar as políticas em curso” (GIANNOTTI, 1998, p. 116).

Luiz Fernando da Silva (2003) assevera que o grupo de estudos d’*O Capital* foi o início da construção de um paradigma de análise dialética da realidade brasileira em contraposição ao método estrutural funcionalista que até o momento era predominante. A obra de Marx não foi estudada como uma forma de atuação na militância política, ou como uma cartilha de ação dentro de um partido. Como afirma Fernando Henrique Cardoso (1977), o grupo partiu para o estudo da obra desprendido de certa ingenuidade que um jovem estudante poderia ter. Os participantes do grupo possuíam grande bagagem de leitura já que estudaram Marx depois de ter lido “*Weber, Descartes, Durkheim, Dilthey, Mannheim, Husserl, alguma antropologia, história e economia*” (CARDOSO, 1977, p. 12). Na realidade, o objetivo era construir um arsenal teórico para compreender a formação do capitalismo industrial que se implantara no país.

“Era uma leitura crítica e não envolvia o outro lado de Marx, a “Revolução”. Continuávamos acadêmicos. E como tal, ao lado de Marx, seguíamos as outras correntes de pensamento” (CARDOSO, 1988, P. 31).

Milton Lahuerta (1999) afirma que é possível identificar, por parte do grupo, o objetivo de combater pelo menos três adversários teóricos: em primeiro lugar, o próprio mestre Florestan Fernandes, na medida em que desejavam sobrepor a análise dialética como metodologia superior as outras formas de investigação.

Fernando Henrique Cardoso (1962) chega a defender a superioridade da teoria marxista em detrimento do funcionalismo e estruturalismo¹⁹; em segundo lugar, ainda que, como foi exposto acima, houve uma grande influência na construção do CESIT, a doutrina econômica e social produzida pela CEPAL, “*mentora maior de projetos nacionais-desenvolvimentistas na América Latina*”²⁰, e finalmente, nas teses nacionalistas defendidas pelo ISEB e pelo PCB com a contradição nação x antinação, tal qual argumentada por Caio Navarro de Toledo (1997) acima.

Como foi dito, esse tipo de marxismo produzido pelo grupo estava longe das massas e da própria noção de revolução. Como era um marxismo estritamente acadêmico e havia um distanciamento entre teoria e prática. Silva (2003) argumenta que é possível categorizar como sendo uma tendência do marxismo ocidental, tal qual analisado por Perry Anderson (1989)²¹. Nessa obra, o autor inglês mostra que é possível identificar duas gerações: a primeira mais próxima das massas e do partido, marcada pela experiência da primeira guerra mundial e da recém ocorrida Revolução Russa, tais como Lênin, Rosa de Luxemburgo, Trotsky, Bauer e Bukharin, entre outros; já a segunda geração após a década de 1920, a dos marxistas ocidentais, marcada ausência de levantes operários de grande expressão em países centrais, pelo triunfo do fascismo na Europa e

¹⁹ “*Diante dessas possibilidades, o artifício metodológico funcionalista parece pobre para interpretar as conexões funcionais que se estabelecem numa mesma sociedade, quando ela se configura em constelações sociais diversas em momentos históricos distintos. O artifício se resume à pesquisa de grupos de conexões válidas para cada fase histórico-social, vistas descontinuamente. Entre um padrão estrutural ou organizatório e outro há um hiato: o método funcionalista é cego para compreender a transformação em suas implicações globais. [...] Em contraposição, na interpretação dialética o fluxo social é representado como um contínuo. Sociologicamente este tipo de representação pode ser elaborado porque a ação é vista ao mesmo tempo como resultado motivado por condições exteriores e como práxis, e porque os sistemas sociais não são concebidos como “sistemas fechados”, mas como “sistemas abertos”*” (CARDOSOS, 1962, p. 103)

²⁰ LAHUERTA, 1999, p. 53.

²¹ ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

consolidação do stalinismo na União soviética fizeram com que o marxismo fosse caracterizado pelo pessimismo e por ser um produto da derrota.

“O fracasso da revolução socialista em propagar-se para fora da Rússia, causa e conseqüência de seus desvios dentro da Rússia, é o elo comum na formação de toda a tradição teórica deste período”
(ANDERSON, 1989, p. 63).

Assim, toda a geração dos marxistas ocidentais, entre 1920 a 1968, que vai de Lukács, Korsch e Gramsci²², passando por Benjamim, Horkheimer, Marcuse e Adorno, chegando em Sartre e Althusser, de acordo com Anderson, é marcada pelo deslocamento do enfoque dos partidos operários e da revolução para um marxismo de cunho acadêmico.

Entretanto, apesar do grupo de estudo d’*O Capital* ter esse aspecto do marxismo ocidental ao afastar-se dos partidos, conforme foi dito acima, o enfoque do estudo dos uspianos é bem diferente dos autores citados por Anderson. Os intelectuais paulistas estavam preocupados com a realidade nacional e com o destino da formação capitalista no Brasil. Para isso, a industrialização brasileira foi analisada a luz das categorias marxistas de explicação. A análise dialética marxista determinaria o verdadeiro vínculo da economia brasileira com o

²² Apesar de Lukács ter sido vice-comissário do Povo para a Educação na República soviética da Hungria, ter sido membro do partido comunista húngaro; assim como Korsch ter sido ministro da justiça comunista do governo da Turíngia, em 1923 e do mesmo modo que Gramsci que participou das revoltas de massas após a guerra, segundo Anderson, esses três homens representaram o afastamento da teoria marxista aos movimentos de massa. *“A solidão e morte de Gramsci na Itália, o isolamento e exílio de Korsch e Lukács nos EUA e na URSS respectivamente marcaram o fim de uma fase em que o marxismo ocidental ainda estava próximo das massas”* (ANDERSON, 1989, p. 51).

capitalismo mundial, qual era a função por trás do nacionalismo, qual seria a configuração das relações de classes inseridas no Brasil.

Devido ao CESIT, os pesquisadores da cadeira de Sociologia I que participaram do grupo d'O Capital não se limitaram unicamente à análise teórica da obra de Marx. Foram realizados estudos concretos da realidade nacional, onde foi possível o questionamento da perspectiva nacional-desenvolvimentista (SILVA, 1997). Octávio Ianni (1965) investiga a atuação do Estado brasileiro que busca promover a acumulação e a concentração de capital com intuito de incentivar e orientar a construção de um parque industrial nacional. Para compreender e explicar a ordem industrial capitalista, Cardoso (1964) analisa a ação da camada industrial enquanto sujeito e produto da estrutura de mercado e da sociedade brasileira. Como afirma Silva (2003), essas duas obras podem ser consideradas como um divisor de águas no pensamento social da época, pois de um lado questionam a ideologia nacionalista, e de outro, verificam o alinhamento por parte da burguesia brasileira ao capital internacional.

6) O NACIONALISMO NA ANÁLISE DE OCTÁVIO IANNI.

As divergências ideológicas entre os intelectuais do CESIT com os membros do ISEB, bem como a formação do grupo de estudos do capital são fatos importantes para melhor circunscrever e contextualizar as idéias de Octavio Ianni acerca da realidade nacional. A questão do nacionalismo é um tema fundamental para enquadrar as concepções sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil. O autor em questão, que fez parte do grupo de estudos d'*O Capital*, também tinha uma clara desconfiança do nacionalismo. Em sua linha argumentativa, é a partir de 1930 que o nacionalismo passou a ser um elemento importante nos debates políticos e econômicos. Os debates, os discursos e as práticas dos governantes foram cada vez mais sendo impregnadas pela ideologia do nacionalismo. Aos poucos foi se tornando clara qual era o significado do nacionalismo em sua ideologia e prática: desenvolvimento, industrialização e independência com relação aos estrangeiros. Em vista disso, para Ianni, o nacionalismo se constituiu como um instrumento para a criação e consolidação do capitalismo industrial no Brasil.

O nacionalismo foi uma ferramenta para o convívio pacífico entre a burguesia industrial e o proletariado. Na medida em que industrialização estava na pauta de um projeto nacional, o proletariado aceitava as reformas preconizadas pela burguesia.

“[A burguesia industrial e o proletariado] estão continuamente a definir e a redefinir os seus projetos políticos, de modo a conquistar, preservar e alargar o controle sobre as posições e as orientações da outra. Este fenômeno é particularmente evidente na fase da história nacional iniciada em 1945. De um lado, o proletariado toma taticamente uma facção da burguesia como ‘nacional’ e procura jogar com ela na luta contra as outras facções da mesma classe, em especial a burguesia agrário-comercial e a burguesia internacional. Nesta linha, grande parte ou a maior parte das energias políticas do proletariado é gasta nas tarefas destinadas a fortalecer a burguesia industrial, em detrimento do ‘latifúndio’ e ‘imperialismo’. Daí os movimentos populares contra o capital estrangeiro, pela disciplina da remessa de lucros para o exterior, pelas reformas de base etc. Por outro lado, a burguesia aceita a definição alheia, como ‘burguesia nacional’, uma espécie de ficção política, e joga com o proletariado, para reformular as suas relações com as outras facções da burguesia, com a classe média e com a própria classe operária em conjunto. Baseada na aliança com o proletariado politicamente ativo na esquerda, essa parte da burguesia tem procurado assegurar-se no poder e ampliar a sua área de mando, tentando consolidar o seu domínio e efetuar ou encaminhar as alterações institucionais indispensáveis à consolidação do capitalismo industrial” (IANNI, 1965, p. 237/238).

Ao encarar a burguesia nacional como “*uma espécie de ficção política*” mostra-se claramente a desconfiança de Octávio Ianni sobre o projeto nacionalista de desenvolvimento econômico. Podemos inferir que para o autor não havia uma

burguesia nacional na medida em que se impunha um limite: a própria natureza internacionalista do capitalismo.

É interessante assinalar o que Octávio Ianni entendia pelo que constituiu a ideologia nacionalista no Brasil, pois esse debate vem desde o final da década de 1950 quando o autor entrou numa polêmica com Fernando Henrique Cardoso sobre essa questão (ROMÃO, 2003; BRITO, 2005). Segundo Romão, esse debate explicitava uma certa posição conflitante dentro da cadeira de Sociologia I.

Em um artigo publicado na *Revista Brasiliense*, Fernando Henrique Cardoso (1957) afirma que o nacionalismo nesse período de industrialização nos países periféricos é uma forma através da qual as massas tomam consciência de sua situação socioeconômica. Na medida em que os monopólios internacionais interferem no funcionamento do sistema interno, o nacionalismo funciona como uma forma de promover a integração nacional nos países subdesenvolvidos. É um tipo de ideologia que propicia de modo mais rápido o desenvolvimento econômico na medida em que as massas demandam direitos de influir no destino da nação através da tomada de consciência acerca da sua posição enquanto parte da sociedade. Para Cardoso o nacionalismo exerce a função da ideologia do desenvolvimento.

“Daí que o nacionalismo apareça não apenas como uma bandeira anti-imperialista, mas também como uma bandeira para o estatismo econômico e para a participação cada vez mais intensa das camadas populares na vida política (pelo alargamento das franquias

democráticas), umas e outras reivindicações complementares”
(CARDOSO, 1957, p. 97).

Meses depois, como uma forma de responder ao artigo de Cardoso, Octávio Ianni publica nessa mesma revista um texto sob o título “*Aspectos do nacionalismo brasileiro*”. Nele, o autor afirma que o nacionalismo no Brasil é um produto político resultado da *tensão*²³ existente entre a estrutura socioeconômica brasileira e a estrutura da economia internacional. E a tensão entre a incipiente indústria brasileira do início do século XX com o capitalismo de das nações mais fortes, propiciaram de certa forma o início do nacionalismo brasileiro.

A partir dessa constatação Ianni se pergunta se o nacionalismo brasileiro é um fenômeno genuinamente nacional ou se é produto de interesse vinculado a determinadas classes. Logo de cara o autor afirma que esse sentimento nacionalista não emergiu das próprias camadas que a sentem, mas foram levadas a elas. “*Esse trabalho foi realizado por diversos partidos políticos que, em conseqüência do jogo de fatores conhecidos, tiveram interesse em levar o nacionalismo ao que consideravam as “suas” massas, envolvendo-as*” (IANNI, 1957, p. 129). Outro ponto salientado é de que não se pode confundir estatismo com nacionalismo. Uma vez que o primeiro nem sempre se identifica com os objetivos do segundo, podendo haver até mesmo interesses divergentes entre ambos. Em vista disso, portanto, conclui-se que o nacionalismo brasileiro está vinculado aos interesses de determinada classe, a saber, a burguesia industrial.

²³ Neste texto tensão para Ianni “*é o resultado de uma forma determinada de interação em que os componentes de um todo entram numa fase de desajustamento*” (IANNI, 1957, p. 121).

Podemos inferir, a partir disso, que a crítica de Octávio Ianni a Fernando Henrique Cardoso está no fato de que para o primeiro, desenvolvimento econômico não abarca o interesse geral da nação, ou seja, é um interesse estritamente burguês na medida em que favorece a consolidação de uma economia capitalista no país. *“Nesse contexto, emerge o nacionalismo, elemento da ideologia da burguesia industrial brasileira, que é a camada mais profundamente vinculada às tendências atuais do desenvolvimento econômico nacional”* (IANNI, 1957, p. 133).

7) INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, a partir da Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, iniciou-se um projeto modernizador que visava transformar o país em uma nação industrializada. Atravessou-se por uma profunda *mudança social* e econômica: após a crise de 1929, o padrão de acumulação de capital no país modificou-se, passando de um modelo primário exportador determinado pela renda da cafeicultura para um modelo de industrialização determinado pelo investimento industrial autônomo (CANO, 1999). O período de 1930 a 1961 foi marcado pelo momento final do processo de constituição do capitalismo na medida em que a industrialização desencadeada pela crise de 1929 determinou com a formação de bases técnicas indispensáveis à autodeterminação capitalista (DRAIBE, 2004).

Entretanto, como afirma Florestan Fernandes (1979), é importante assinalar que a industrialização no Brasil não foi um evento espantoso. Ou seja, simplesmente o fato de importar máquinas, contratar material humano qualificado, fazer investimentos pontuais no setor não significa que a desenvolvimento industrial fosse possível. Era preciso que a sociedade brasileira se modificasse para que a industrialização se tornasse algo socialmente viável. Para o autor existe um intervalo de tempo de quase meio século entre as primeiras manifestações de anseios e a atuação na construção de um parque industrial como força social propriamente dita. A causa principal que fez com que a industrialização passasse a exercer influências marcantes no padrão de

organização social foi a deflagração das duas guerras mundiais e das políticas econômicas adotadas depois de 1930, conforme foi dito na introdução da presente dissertação.

O Estado brasileiro passou a desempenhar funções cada vez mais complexas no conjunto da economia (IANNI, 1996). É o chamado Período Desenvolvimentista quando o Estado assume o papel não só de suas funções fiscais e monetárias e de controle do mercado de trabalho, mas também assume a coordenação financeira dos grandes blocos de investimentos, de construtor das infra-estruturas e produtor de matérias-primas e insumos básicos que modificou estruturalmente a economia brasileira, sobretudo no pós-guerra (SERRA, 1998).

Em face das tendências da industrialização, configuradas favoravelmente em dados momentos, o Estado desenvolve atividades destinadas a criar condições de possibilidades de desenvolvimento. Para isso, age em diversos níveis, destacando-se a criação de economias externas, como nos setores de energia, mercado de capital e transporte. (IANNI, 1965a, p. 18).

Sônia Draibe (2004) afirma que a industrialização ocorrida no país não foi feita pelo comando de um grupo de empresariado inovador capaz de cumprir as tarefas impostas pelo desenvolvimento capitalista, tampouco emergiu do desdobramento “natural” de uma estrutura industrial incipiente que teria se diferenciado gradativamente sob os impactos das crises externas. O que houve aqui foi uma forte ação do Estado inclusive, como empresário, na medida em que emergiu a partir de 1930 condições políticas que deixaram o Estado numa

específica autonomia, já que havia uma incapacidade hegemônica das diversas facções. A autora utiliza nesse momento o conceito de *Estado de Compromisso*, que “*expressa a ausência de hegemonia de qualquer um dos grupos dominantes e exerce o papel de árbitro entre estes interesses, respondendo por uma solução de compromisso e equilíbrio*” (DRAIBE, 2004, p. 17).

Em suma, o Estado assume o papel de dinamizador das forças produtivas, utilizando o excedente do capital agrário para transformá-lo em capital industrial. Octávio Ianni, (1965) ao analisar o sistema industrial construído no Brasil, em seu funcionamento e em suas distorções, admite que o capital industrial revela-se nascido do capital agrícola, mais especificamente, do capital cafeeiro das fazendas do Estado de São Paulo. O Estado tem papel central para a metamorfose do capital agrícola em capital industrial, pois, através de controles e estímulos, canaliza uma parte do excedente econômico agrícola para a esfera industrial.

A emergência da indústria no seio de uma economia predominantemente agrícola e exportadora se deu através de três tipos de empreendimento. Em primeiro lugar, surgem empresas que vieram das aplicações diretas dos cafeicultores. Na medida em que o cafeicultor percebeu outras possibilidades de investimentos ao se deslocar para a cidade, destinando parte de seu capital para o setor industrial ou comercial. Como estavam a par das flutuações do mercado do café, com seus riscos, os cafeicultores principiaram em diversificar suas aplicações. Em segundo, os imigrantes utilizaram suas poupanças, bem como dos familiares para instalações de empresas fabris. São empresas criadas pelas poupanças dos salários agrícolas. Algumas empresas modificaram-se bastante

com as transformações do mercado brasileiro tornando-se empresas de grande vulto. Para Octávio Ianni, é deste período que se configura no Brasil grande parte da ideologia do *self-made-man*. E finalmente, fundaram-se empresas de capitais externos. “*Em todos esses tipos de empreendimentos, todavia, o que se concretiza é a diferenciação e transfiguração contínua do capital agrícola*” (IANNI, 1965, p. 36-37).

É importante salientar que a industrialização brasileira emergiu do capital agrário do setor cafeeiro, mas não o suplantou. Na medida em que havia uma crise internacional no sistema capitalista, a burguesia industrial brasileira incipiente não surgira pela luta, pelo embate de forças com as classes agrárias, mas antes pela liberalização de forças produtivas inaproveitadas. “*Em outros termos, não houve uma ruptura plena com o presente, isto é, com a cafeicultura exportadora nem, em consequência, com o capitalismo mundial*” (IANNI, 1965, p. 120). No Brasil foram duas atividades que se complementaram como afirma Sônia Draibe:

“A dominação do capital cafeeiro admitia perfeitamente e, até mesmo, necessitava da expansão paralela de um setor industrial de bens de consumo, especialmente para sustentar a reprodução da força de trabalho” (DRAIBE, 2004, p. 27).

De fato, a revolução burguesa foi sendo realizada lentamente, sem grandes rupturas. Pode-se dizer que o SPVEA, a SUDENE, o Plano Trienal fazem parte desse processo “revolucionário”. Para Florestan Fernandes (1987) a revolução burguesa no Brasil significa um conjunto de modificações políticas, econômicas e

sociais que atingem seu apogeu na civilização industrial. Trata-se de uma recomposição da estrutura de poder que ainda é oligárquico e que marca o início da modernidade no país e a consolidação do poder burguês e da dominação burguesa. Para realizar tal obra, a burguesia converge para a esfera estatal e desse plano faz-se a unificação de classe. Não houve, conforme foi assinalado, uma ruptura da ordem social para instalação de outra. Na realidade, ocorreu uma reorganização do poder para a implementação do parque industrial. A oligarquia não só modelou a mentalidade burguesa, como determinou o próprio padrão de dominação, resguardando seus interesses, sejam tradicionais ou modernos:

“O problema central tornou-se, desde logo, como preservar as condições extremamente favoráveis de acumulação originárias, herdadas da colônia e do período neocolonial, e como engendrar, ao lado delas, condições propriamente modernas de acumulação de capital. Aí se fundiram “o velho” e o “novo”, a antiga aristocracia comercial com seus desdobramentos no “mundo dos negócios” e as elites dos emigrantes com seus descendentes, prevalecendo, no seu conjunto, a lógica da dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes” (FERNANDES, 1987, p. 210).

Ianni cita François Perroux²⁴ para explicar que as economias que ingressam tardiamente na industrialização tem uma configuração diferente. Em primeiro lugar, as unidades de produção nos setores básicos são de largas escalas e

²⁴ Wagner Romão (2003) afirma que este autor tem uma influência muito grande não só para Octávio Ianni, mas para outros integrantes do CESIT, sobretudo a obra *L'Économie des jeunes Nations*, Paris: Presses universitaires de France, 1962.

precisam de grandes investimentos. Em segundo, os investimentos nesses setores comportam longos períodos de maturação. Em terceiro, as indústrias e os conjuntos industriais se desenvolvem com base na eliminação ou diminuição das distâncias físicas que separam a matéria-prima da fábrica e o diretor do operário. De acordo com o autor em questão, essas condições técnicas estão na base da ação governamental.

“As dimensões dos capitais necessários a certos tipos de empreendimentos, a longa maturação desses capitais além do tipo de experiência técnica e empresarial, das condições do mercado consumidor, incipiente, a sua proteção das pressões externas etc. impõem a intervenção estatal como condição sine qua non da transição para uma estrutura apoiada na indústria” (IANNI, 1965, p. 64).

A partir de então houve um crescente movimento da opinião pública e as pressões da burguesia industrial nascente para a proteção e expansão da industrialização. Segundo Ianni, a partir de 1948, com a campanha em prol da exploração das jazidas petrolíferas, a industrialização ganhou o apoio das massas trabalhadoras urbanas. O país ganhou a consciência de que a industrialização não era só necessária como também uma condição indispensável.

“Os processos econômicos, sociais, políticos, culturais, ecológicos, demográficos em andamento no seio da sociedade nacional não podiam ser abandonados ao seu espontaneísmo. Cumpria discipliná-los, antes

que tensões profundas explodissem numa direção inesperada ou indesejável à classe dirigente” (IANNI, 1965, p. 69).

Quando a industrialização adquire uma relativa autonomia e ritmo próprio, surgem novos problemas que se impõe às classes e, conseqüentemente, ao Estado. O principal deles é a reintegração do sistema econômico no âmbito interno e externo. Para que a industrialização se instaure e expanda em uma condição plena, é necessário que sua racionalidade se instaure e se expanda em segmentos cada vez mais amplos do sistema global. Ou seja, é necessária a integração de economias locais e regionais à lógica da produção dominante. Em vista da relação entre regiões de um nordeste ou Amazônia atrasados, em face das regiões centro-sul em estágio avançado de industrialização, algumas correntes falam de “dois brasis”, atraso cultural, sociedade arcaica e sociedade moderna, sociedade aberta e sociedade fechada, assim por diante. Neste sentido, a partir da constituição de 1946, foram criadas a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (1953), a Comissão do Vale do São Francisco (1949) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (1959), cujo intuito seria dinamizar as forças produtivas dessas áreas e incorporá-las à nação. Segundo Ianni, praticamente todos os estados do Brasil criaram órgãos de planejamento econômico tendo em vista uma rearticulação independente em face dos centros dominantes na região centro-sul e no exterior.

No entanto, a interpretação do autor em questão é diversa da concepção de “dois brasis”, pois estas discontinuidades revelam diferentes níveis de integração. São subsistemas que fazem parte do todo e representam elementos necessários

de sua expansão. As economias de subsistência, nesse sentido, são, na verdade, exércitos de reservas com as quais o mercado conta em suas expansões necessárias. De qualquer modo, nenhuma economia capitalista, seja de país central ou periférico, está perfeitamente integrada. Como assegura Francisco de Oliveira (1981), é constitutivo da natureza do sistema capitalista haver descontinuidades e desequilíbrios:

“No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômico singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor ‘atrasado’ e um setor ‘moderno’, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia ” (OLIVEIRA, 1981, p. 12).

É importante ressaltar que o período de industrialização no Brasil foi marcado por uma dualidade, por um pêndulo que ora balançava para o mercado nacional, ora para uma vinculação com o mercado externo. Dito de outra forma, a história política, econômica e governamental brasileira desde 1930, como salienta Octávio Ianni (1996), oscila entre uma *estratégia de desenvolvimento nacionalista*, que predominou nos anos 1930-45 (Primeiro Governo de Getúlio Vargas), 1951-54 (Segundo Governo de Getúlio Vargas) e 1961-64 (Governo de João Goulart); e

uma *estratégia de desenvolvimento associado* nos anos 1946-1950 (Governo de Eurico Gaspar Dutra), 1955-60 (Governo de Juscelino Kubitschek) e a partir de 1964 (Ditadura Militar). A primeira estratégia possuía como projeto o desenvolvimento de um capitalismo estritamente nacional, como única alternativa de progresso econômico e social; e o segundo defendia que a única alternativa de saída do subdesenvolvimento brasileiro era a integração do País ao mercado Internacional.

Entretanto, como a sociedade brasileira não optou – ou não podia optar – por um desenvolvimento econômico autônomo, a industrialização no Brasil foi feita cada vez mais estreita com os capitais externos. De acordo com Florestan Fernandes (1987), a burguesia brasileira não conseguiu levar a cabo uma revolução industrial porque sofria com pressões vindas de dentro e de fora, dada sua condição subdesenvolvida e dependente. A oportunidade histórica foi perdida pelo fato de que estava fora de alcance da sociedade brasileira em impedir os ritmos desiguais que havia tomado o desenvolvimento capitalista em âmbito mundial: a periferia se tornou ainda mais atrasada com relação aos países centrais. Na fase do capitalismo monopolista, que na década de 1950 torna-se uma realidade histórica irreversível (FERNANDES, 1987), onde a economia brasileira se incorpora ao capitalismo mundial, cujo novo padrão de desenvolvimento está radicalizando a diferença entre os países ricos e pobres.

“Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total. Ele não conhece fronteiras e não tem freios. Opera a partir de dentro e em todas as direções enquistando-se nas

economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras. A norma será: 'o que é bom para a economia norte-americana é bom para o Brasil' (FERNANDES, 1987, p. 274).

Ianni (1996) afirma que o principal problema para a continuidade do processo de desenvolvimento econômico está no fato de que era preciso corrigir os meios da política econômica governamental para alcançar a realização de uma fase superior no desenvolvimento econômico e social. Quanto à relação entre Estado e Economia, era preciso resolver alguns dilemas das seguintes opções políticas. O momento crucial estava dado, na análise do autor os rumos estavam definitivamente claros:

a) Política econômica governamental no sentido de emancipar as decisões sobre a economia do país;

b) Política econômica governamental destinada a acentuar as relações de interdependência e complementaridade da economia brasileira com a economia internacional;

c) Política econômica governamental destinada a fortalecer e ampliar o setor estatal da economia brasileira, com a finalidade de acelerar a transição para o socialismo.

Segundo Ianni, essas eram as três estratégias políticas de desenvolvimento que havia nos anos de 1961-64, onde cada uma delas correspondia a uma interpretação da realidade brasileira.

A estratégia política destinada a desenvolver um capitalismo tipicamente nacional e autônomo dispunha no protecionismo alfandegário, com o objetivo de

proteger e incentivar os segmentos nacionais do capitalismo. Obviamente, os setores da burguesia industrial brasileira eram adeptos dessa estratégia, além de parte do proletariado dos principais centros urbanos. Essa estratégia política apoiava na aliança de classes para expandir o capitalismo nacional e identificava-se com a ideologia nacionalista.

A estratégia política que buscava a transição para o *socialismo* era genuinamente estatizante, na medida em que acreditavam a crescente estatização conduziria, necessariamente, a socialização dos meios de produção. Para eles, a reformas de base eram técnicas de nacionalização e estatização das empresas privadas. Obviamente, eram profundamente antiimperialistas e contrários ao latifúndio.

Já a estratégia política que buscava consolidar um *capitalismo dependente* neste país, implicava na complementaridade e interdependência do subsistema econômico brasileiro com o capitalismo internacional. Trata-se de dois tipos de adeptos dessa corrente: por um lado, são os grupos e as classes identificados com a economia primária exportadora. Por outro, estão os grupo e as classes sociais surgidos com a expansão industrial do Programa de Metas. Segundo Ianni, esses adeptos reuniam a classe política mais poderosa da sociedade brasileira. É por este motivo que essa facção que foram eles que conseguiram se impor sobre as outras classes sociais que almejavam estratégias políticas alternativas, qual seja, as favoráveis ao socialismo e ao capitalismo nacional.

Só seria possível um desenvolvimento autônomo, como afirma Ianni, se fosse feita a opção pela via socialista. Neste caso, a ruptura seria total e seria única forma de emancipar o país. De outro modo, a economia passaria a se

submeter cada vez mais aos interesses do capital internacional. Na realidade, como uma forma de impedir que fosse feita no Brasil uma estratégia socialista, cada vez mais houve a incorporação da economia brasileira ao interesses do mercado mundial.

“A industrialização estava sendo encaminhada de maneira a apoiar-se na associação de capitais. Essa tendência se torna dominante no Programa de Metas. O capitalismo é um só. Quando a industrialização se impõe no Brasil, esta se faz em conjugação e no âmbito do capitalismo internacional” (IANNI, 1965, p. 73).

O desenvolvimento econômico brasileiro se orientou cada vez mais no estreitamento da relação entre o capital nacional com o externo. Um exemplo claro disso é a instrução nº 113 baixada em janeiro de 1955 pela Superintendência da Moeda e do crédito (SUMOC) que foi um instrumento muito importante para a atração de capitais externos na medida em que os capitais podiam ser admitidos nas mais variadas formas inclusive como máquinas e implementos.

“Nessa época, em investimentos diretos independentes ou associados a capitais nacionais, verificou-se uma espécie de ‘desnacionalização’ da indústria nacional. Com base na referida Instrução nº 113, permitia-se a entrada sem cobertura cambial, de ‘conjuntos de equipamentos ou, em casos excepcionais, para equipamentos destinados à complementação ou aperfeiçoamento dos conjuntos já existentes’. Por essa via, que a

prática não revelou nada excepcional, ingressaram máquinas usadas ou recondiçionadas para instalar ou ampliar empresas estrangeiras e nacionais” (IANNI, 1965, p. 89).

Essa crescente internacionalização da economia brasileira deve-se a uma redefinição do capitalismo mundial com os países periféricos na medida em que os países capitalistas avançados buscavam impedir que a industrialização no Brasil tomasse uma via socialista. Ianni afirma que a partir de então explicita-se a última feição do imperialismo. “*Estamos num mundo só*” (p. 94) é a frase cabal para demonstrar a última fase do capitalismo frente aos países periféricos. O capital internacional amplia sua esfera de ação numa amplitude que interfere de modo decisivo nos processos sócio-culturais e políticos. Se no começo da industrialização houve momentos em que a ruptura com a dominação externa estava mais visível, podendo até elaborar um projeto de desenvolvimento autônomo, na fase final a economia brasileira reintegrou-se totalmente aos países desenvolvidos com dependência aos capitais estrangeiros.

“Neste contexto, o fortalecimento do Estado, como centro de decisão e ação sobre a atividade econômica, é a forma pela qual as classes sociais não identificadas com a exportação de produtos primários e matérias-primas realizam a rearticulação da economia nacional em face do sistema capitalista mundial. Como a economia do país semi-colonial é um complemento inserido neste, aonde se localizam os centros de decisão , a industrialização iniciou-se em oposição ao imperialismo. Dependeu de uma rearticulação interna deste. Entretanto, como essa

oposição não evolui até a ruptura total, em que o modo de produção seria necessariamente alterado, a aceleração e diversificação posterior da própria industrialização passa a depender da reintegração no âmbito do capitalismo mundial. O que se verificou no Brasil, em especial a partir de 1956, foi uma entrada maciça de capitais externos, associações de empresas nacionais com estrangeiras etc., sem encontrar outro caminho para passar à fase de produção de meios de produção” (IANNI, 1965, p. 94/95).

A ruptura total de que fala Ianni é a via socialista, o único caminho capaz de promover a independência plena do país, a emancipação e a democracia. O limite de luta por um capitalismo nacional esbarra na própria natureza do capitalismo: a sua interdependência que obriga a reintegração do Brasil aos países avançados. Na análise do autor em questão, houve um equívoco ao supor que a industrialização pudesse ela mesma iniciar um processo de ruptura com o *status quo*. Baseando-se na tese da Maria da Conceição Tavares, a substituição das importações não quer dizer necessariamente que haja um processo de emancipação econômica, ou uma passagem para um capitalismo do tipo autônomo. No Brasil, ao contrário, verifica-se um aprofundamento das relações e estruturas de dependência com o aumento da diferenciação interna da estrutura industrial no Brasil. *“Não há dúvida de que nessa época o setor industrial adquiriu preeminência sobre os outros setores econômicos. Mas também é verdade que, por intermédio da expansão e diferenciação interna do setor industrial, multiplicaram-se as relações de complementaridade e interdependência internas e externas” (IANNI, 1996, p. 169).*

Na ótica de Octávio Ianni, a economia brasileira, no âmbito do capitalismo mundial, sob a égide dos países centrais, não passa de um subsistema econômico. Luiz Pereira (1965), também considerava os países subdesenvolvidos como sendo apenas um subsistema da economia mundial. Sob a forma da divisão internacional do trabalho, as áreas mais pobres se especializam em produção e exportação de produtos primários. Na fase mais avançada do capitalismo, onde há um processo de industrialização dos setores periféricos, realiza-se, na realidade, uma forma de fabricação de *subprodutos* necessários. Para Pereira o desenvolvimento econômico acarretou na formação de um “homem modernizado” com estilo de vida urbano-industrial baseado nos subsistemas dominantes. Com isso, aumenta-se a necessidade de consumo de bens e serviços e aumenta, conseqüentemente, a dependência dos periféricos e a dominação dos países capitalistas centrais. Neste momento, com a expansão da civilização industrial para os setores periféricos, o que ocorre é a afirmação do sistema capitalista internacional. Segundo Pereira, trata-se da *consciência progressista-não-negadora do capitalismo*, ou seja, é a negação do passado que se configurava em pré-capitalismo e a afirmação e a aceitação da nova forma de reintegração da economia periférica no âmbito do capitalismo mundial. Aqui se configura como uma nova forma de alienação:

“Na medida em que isso vem variavelmente ocorrendo, movimento coletivo subdesenvolvimento-desenvolvimento se determina, de uma parte, como movimento de passagem da desalienação parcial, inerente ao momento de negação do ‘grande despertar’, à nova e

'superior' alienação inerente ao momento de afirmação do 'grande despertar', em que se elabora, com a ativa participação de certas lideranças, o projeto de desenvolvimento como afirmação e expansão do capitalismo no âmbito dos subsistemas periféricos" (PEREIRA, 1965, p. 66).

Dito de outra forma, na concepção de Pereira a economia brasileira é um subsistema do capitalismo mundial porque ela faz parte de uma totalidade bem maior, onde se é produzida a riqueza e a miséria. O que está em jogo aqui é a negação de que mesmo que haja desenvolvimento no subdesenvolvimento a sociedade sempre será periférica vivendo na condição de alienada. Para Luiz Pereira, assim como para Octávio Ianni, é preciso haver a negação total do *status quo*, a negação parcial ainda será a afirmação do capitalismo, agora em uma nova fase de reintegração das economias periféricas. O Welfare State é encarado como um tipo de suavização da dominação, ela ainda perpetua, mas agora mais mascarada. Diferentemente dos autores citados na introdução da presente pesquisa²⁵, Pereira entendia que o Estado interferia para abertura e garantia da ação empresarial. Os direitos, tal qual definidos pelos autores acima não eram tomados em consideração na medida em que seu foco esta assentado na *contradição capital x trabalho*.

"Em última instância, consiste ela na constituição, em profundidade crescente e em escala internacional, do estado disnômico inerente ao

²⁵ Peter Gourevith (1986), Jürgen Habermas (1987), Gunar Myrdal (1962), Raul Prebisch (1963), Adam Prezworski (1989), Pierre Rosanvalon (1981) e Thomas Humphrey Marshall (1967).

sistema produção-distribuição-consumo da formação econômico-social capitalista. Trata-se, porém, de disnomia localizada na 'periferia' do sistema capitalista internacional, contrastante com a sua suavização (eunomia relativa) nos subsistemas dominantes. É que nestes a redistribuição da renda operada sob a égide do Estado de Bem-Estar e demais aspectos das denominadas sociedades 'neocapitalistas' amortecem a contradição fundamental do capitalismo, basicamente pela interferência nas relações de distribuição, mediadoras entre a produção e o consumo, e cuja viabilidade se vem devendo apenas parcialmente ao aprofundamento da mesma disnomia no conjunto dos subsistemas periféricos" (PEREIRA, 1965, p. 69).

É nessa mesma linha que Ianni afirma a necessidade de uma ruptura total na medida em que o autor em questão ressalta que as rupturas políticas, econômicas e sociais não foram completadas, elas foram apenas parciais. Isto porque o capitalismo brasileiro, mesmo utilizando estratégias nacionalistas, estava comprometido com o capitalismo mundial, numa relação de subordinação. *“Em síntese, o projeto de capitalismo nacional não foi só pouco elaborado politicamente, mas já surgiu num contexto histórico dominado pela redefinição da hegemonia, política, militar e cultural dos Estados Unidos” (IANNI, 1996, p.82).*

Diante disso, para Ianni o socialismo se configurava como única alternativa de emancipação de toda sociedade brasileira. Diferente da concepção dos isebianos e dos cepalinos, o autor vê com ceticismo a possibilidade de o Brasil se transformar numa potência via capitalismo, porque a vinculação da economia brasileira ao contexto mundial é historicamente dada: do tipo colonial e não

haveria mudanças de um estágio para o outro. A alternativa, neste caso, é a revolução socialista. Todo seu constructo teórico acerca da atuação do Estado na economia brasileira é para mostrar que há um limite para o desenvolvimento capitalista.

8) O ESTADO NO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA

O objetivo da investigação de Octávio Ianni são as diretrizes e instituições criadas relacionadas à *acumulação de capital* no setor industrial. O autor afirma que em todas as manifestações da política econômica governamental no Brasil em fase de industrialização, a atuação estatal se concentra fundamentalmente no processo de acumulação de capital. O ponto chave para se entender a sua ação neste período de industrialização, através de suas medidas fiscais, cambiais e monetárias, concentra-se “*sobre uma esfera especial da realidade, que é a acumulação de capital*” (IANNI, 1965, p. 15). Nesse processo de acumulação, o Estado surge como o mediador ao controlar as transferências para o exterior, ao elaborar mecanismos de poupança interna, ao estimular os investimentos produtivos. O governo age em favor de condições indispensáveis a expansão das forças produtivas.

Sonia Draibe (2004) aponta para o fato de que se trata de um Estado específico, peculiar que foi ganhando a capacidade de regular e centralizar durante o período em que se defronta com uma economia em processo de industrialização.

“O Estado planejou e investiu na construção de uma infra-estrutura de transportes, energia elétrica, água, comunicações; com iniciativas empresariais, estabeleceu, estabeleceu as bases para a siderurgia, o refino do petróleo, álcalis e mineração do ferro. Ao mesmo tempo, emprestou o seu apoio creditício e regulatório para viabilizar o

desenvolvimento de setores industriais novos, tanto nos sub-ramos de bens não duráveis de consumo como nos de insumo intermediários e bens de capital. Apoiou também o desenvolvimento da agricultura, especialmente com o crédito, permitindo que se diferenciasse de forma mais marcada e acompanhasse o rápido progresso de urbanização. Ao mesmo tempo em que favorecia esta última, regulou a formação de um mercado de trabalho urbano capaz de responder às novas e crescentes necessidades da força de trabalho, especialmente nos centros industriais e metropolitanos em formação” (DRAIBE, 2004, p. 230).

A intervenção governamental na esfera econômica faz parte de um contexto específico de nações que buscam ingressar decididamente na etapa da industrialização. Por um lado, é preciso romper com os laços coloniais que impedem a capitalização no interior do país. Por outro, é preciso criar um infraestrutura inexistente ou precária. O que ocorre é que as unidades de produção envolvem grandes investimentos e longos períodos de construção que a iniciativa privada nem sempre tem condições de realizar. É por isso, que a iniciativa privada não tem condições de se interessar na produção de meios de produção. E é por isso também que a iniciativa privada se concentrou na produção dos meios de consumo, sendo este setor que realizou mais rapidamente o processo de substituições de importações.

Segundo Ianni, as atividades do aparelho estatal podem ser divididas em duas orientações distintas. A primeira, o Estado age com o objetivo de preservar certos níveis de renda e emprego em determinados setores da produção. Foi esta

postura que o Estado tomou com relação ao setor cafeeiro. Mas não só com este setor, o Estado atuou na proteção de outros setores de atividades econômicas e das condições de vida das populações atingidas pela seca. O governo busca desde o princípio do século solucionar o problema da seca criando órgãos e comissões tais como a Comissão de Açudes e Irrigação, a Comissão de Perfuração de Poços, todas em 1904; em 1906 é criada a Superintendência dos Estudos e Obras Contra os Efeitos da Seca; Inspetoria de Obras contra as Secas; e, finalmente, em 1945, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). A segunda orientação, O Estado cria órgãos e instrumentos com o objetivo de expandir e estimular a diversificação das atividades produtivas. Dentre os órgãos e planos criados, destacam-se: a Companhia Siderúrgica Nacional, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, a Comissão do Vale do São Francisco, o Banco do Nordeste do Brasil, a Petrobrás, a Eletrobrás, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o Plano Salte, o Programa de Metas, o Plano Trienal. A partir deste momento, o Estado está empenhado em programas de desenvolvimento econômico, assumindo funções mais amplas destinadas a orientar, dinamizar e expandir as forças produtivas.

Os objetivos da atuação estatal através de suas políticas econômicas, por intermédio de diretrizes, instituições e instrumentos, visam:

- a) propiciar a conversão do excedente econômico, especialmente agrícola, em capital industrial;
- b) estimular a entrada de capitais externos;

c) intensificar as poupanças espontâneas e forçadas, provocando inclusive o esvaziamento ou estabilização do salário real;

d) disciplina e estímulo aos investimentos, para produção de meios de consumo e meios de produção;

e) controle e seleção dos recursos cambiais, essenciais à importação de elementos indispensáveis à expansão do parque manufatureiro;

f) concessão de favores monetários e creditícios, cambiais, inclusive assistência técnica ampla;

g) desenvolvimento equilibrado, objetivando: criação de economias externas, para tornar viáveis e estimular investimentos privados.

Em suma, a preocupação do sociólogo tratado é com as diretrizes e as instituições promovidas ou criadas pelo Estado com intuito de favorecer a acumulação de capital canalizada para o setor industrial. Ianni afirma que poderia estudar ações de outra natureza com relação à atividade estatal como, por exemplo, a sua atuação frente à força de trabalho ou à sua política educacional. Estas questões escapam a sua interpretação porque o objetivo é entender a atividade estatal no processo de industrialização.

Entretanto, é preciso salientar que Ianni não considera o Estado como sucedâneo do empresário privado, como se o poder público tivessem as mesmas razões que um capitalista individual. Segundo o autor, a empresa privada e a atividade governamental têm objetivos distintos: o primeiro tem o objetivo imediato do lucro da rentabilidade do capital; já o segundo se orienta a fim de criar condições à reprodução capitalista, voltado para o médio ou em longo prazo. *“Uma se funda na consciência individual, está presa a biografia do capitalista, ao*

passo que a outra tende a fundar-se na consciência de classe, numa compreensão mais ampla da integração do sistema social global” (IANNI, 1965, p. 7).

É por isso que ao mesmo tempo em que o Estado incentiva a acumulação de capital para orientar o processo de desenvolvimento econômico, ele é levado a interferir na realidade diante do agravamento das distorções econômicas. No momento em que as possibilidades de acumulação de capital começam a por em risco, pelas tensões econômicas, sociais e políticas, o Estado tende a interferir com intuito de evitar a subversão do sistema capitalista pelas classes assalariadas. Isto porque *“o Estado interfere no mercado exatamente na medida das necessidades de preservação da existência dele”* (IANNI, 1965, p, 202).

Vagner Romão (2003) afirma que o ponto fundamental da argumentação de Ianni é caracterizar a atividade estatal com o objetivo de possibilitar a realização da categoria básica do sistema: o lucro. *“Este é o sentido da ação estatal”* (ROMÃO, 2003, p. 29). Segundo Romão, os baixos preços de mercado da produção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a política de encampação de empresas privadas falidas comprovam para Ianni o compromisso estatal com o sistema, propiciando a manutenção da taxa média de lucro às empresas.

De fato, não se pode negar que o *lucro* é a conseqüência direta e necessária da empresa capitalista, seja ela privada ou estatal. Pois *“toda atuação governamental se destina a produzir, ou acaba engendrando reflexivamente, a produção do lucro no âmbito da sociedade”* (IANNI, 1965, p. 16, apud ROMÃO, 2003, pp. 129-130). Porém, não se pode afirmar que este seja o único sentido da ação estatal. Neste sentido a afirmação de Wagner Romão está equivocada na

medida em que a atuação do Estado não tem como objetivo exclusivo aumentar o lucro do empresariado, mas antes, busca-se criar uma infra-estrutura nula ou em más condições, num contexto em que países subdesenvolvidos objetivam inserir-se na etapa da industrialização.

As empresas estatais também não visam diretamente obter o lucro, mas busca a expansão das forças produtivas. As empresas que são criadas pelo governo são destinadas a criar condições e possibilidades de desenvolvimento. É por isso que Ianni não considera esse tipo de intervenção governamental na atividade econômica como uma forma de *capitalismo de Estado*, apesar de favorecer a *concentração* e a *centralização* do capital²⁶. Na realidade, as ações do governo visam sempre a uma necessidade do mercado.

Neste ponto Ianni faz uma crítica aos intérpretes brasileiros, sobretudo a Eugênio Gudín, que encaram a intervenção governamental como uma tendência a estatização da economia nacional. O sociólogo afirma que falta a esses intérpretes uma concepção objetiva da realidade em que o Estado opera. Os defensores da doutrina liberal cometem o erro de fetichizar o liberalismo econômico, como se essa corrente tivesse uma validade universal. Eles não compreenderam a configuração excepcional em que ocorria a industrialização no Brasil.

“Numa época em que foi rompida a integração provocada pelo predomínio da produção cafeeira para a exportação, quando os desequilíbrios estruturais se acentuam e as forças produtivas se

²⁶ “A concentração é um processo que consiste no aumento do capital das unidades empresariais, pela capitalização da mais-valia ali produzida. Ao passo que a centralização é o processo através do qual se realiza a reunião de capitais individuais diversos em um só” (IANNI, 1965, p. 22).

apresentam inaproveitadas, impõe-se a formulação de uma política econômica inovadora. Por isso é que o Estado é levado a assumir a liderança da política de desenvolvimento” (IANNI, 1965, p. 203).

Para Ianni a intervenção direta do governo na atividade econômica é uma condição necessária do próprio sistema na medida em que a iniciativa privada nem sempre dispõe de capitais suficientes para realizar empreendimentos infraestruturais (siderurgia, transporte, energia elétrica, petróleo). Diferentemente dos que pensam os contrários à intervenção estatal, ela não impede ou obstrui a expansão econômica, mas favorece a consolidação e expansão do capitalismo. Segundo o autor, aquilo que a alguns aparece como capitalismo de Estado, na realidade é a manifestação concreta do capitalismo.

“Aliás, a tese de que a produção no Brasil se está organizando em termos de capitalismo de Estado implica numa contradição categorial; é uma possibilidade estrutural. Vejamos porque. Por um lado, o capitalismo de Estado seria um sistema de produção em que o monopólio dos fatores e o planejamento da sua aglutinação estariam nas mãos dos governantes. Pela hipertrofia do poder público, a vida econômica se transformaria num sistema racionalmente homogêneo, em que a produção seria organizada de conformidade com exigências do consumo. O estatismo seria o resultado das exigências e desníveis verificados na esfera do consumo. E aqui está uma contradição: o que é essencialmente um modo de produção surgiria como um sistema de consumo. Além disto, por outro lado, o capitalismo é um sistema de produção de mais-valia se funda na mercantilização das atividades

humanas e das coisas. E essa mercantilização supõe o mercado. Ainda que as flutuações e contradições do sistema distorçam continuamente o mercado, este é uma categoria essencial, sem a qual o capitalismo perde a sua realidade. O capitalismo de Estado é impossível porque é impossível no qual predominaria o consumo. Num sistema em que a força de trabalho, o capital a técnica etc. não podem oferecer-se de modo relativamente livre no mercado, para que haja a alienação do produto da atividade criadora de valor de troca, não impera o capitalismo. É inconcebível o capitalismo sem acumulação capitalista. E esta apóia-se no livre jogo dos fatores no mercado, através do qual se realiza a diferença entre o trabalho necessário e o trabalho excedente: o capital que se acumula. O mercado é a região em que a mais-valia se realiza como capital” (IANNI, 1965, p. 211/212).

Entretanto, se por um lado não há capitalismo de Estado, por outro lado, Ianni não nega que houve uma hipertrofia do executivo em detrimento do legislativo e do judiciário. Em face das crises estruturais ocorridas fora do país, era preciso que a máquina administrativa fosse dotada de novas técnicas e diretrizes. Tornou-se urgente a expansão do poder executivo para que se pudessem realizar novas tarefas no âmbito da economia.

“A sucessão das crises estruturais, pelas quais está passando o Brasil nos anos recentes, impuseram ao poder público uma crescente atividade, a qual, muitas vezes, transcende a sua definição constitucional. Por essa forma, a estrutura da sociedade encontra ampla continuidade na estrutura do Estado, observando-se as determinações daquela neste e vice-versa” (IANNI, 1965, p. 221).

A técnica de planejamento implica numa acentuada importância do poder executivo, e os tecnocratas ganham relativa importância no seio do poder. A ação do Estado no período desenvolvimentista toma cada vez mais um caráter científico.

Na medida em que se desenvolviam o setor terciário e a incipiente industrialização, conseqüentemente aumentava a classe média, o proletariado e a burguesia industrial. A partir daí, de acordo com Ianni, surgia novos interesses econômicos, políticos e sociais conforme ia se intensificando a divisão do trabalho e a diversificação da sociedade urbana. Em vista disso, o Estado era obrigado a se defrontar sempre com novos dilemas. Enquanto instrumento de política econômica estatal, a prática de planejamento foi adotada no Brasil, segundo Ianni, no período da Segunda Guerra mundial. A partir de então a técnica de planejamento começou a fazer parte do pensamento e práticas do governante. Vários argumentos foram discutidos sobre esta questão: a crescente interferência estatal nas decisões sobre assuntos econômico-financeiros; a adoção e a elaboração da política econômica governamental planejada; o papel do poder público na criação de condições (financeiras, técnicas, jurídicas etc.) para a expansão e a diversificação do setor privado da economia do país; as novas exigências econômicas da defesa nacional.

9) PLANEJAMENTO PÚBLICO NO BRASIL

A hipertrofia do Executivo ocorre na medida em que cresce cada vez mais a importância da técnica de planejamento. A ação dos tecnocratas assume uma relativa autoridade nas decisões econômicas. Ocorre uma crescente incorporação do pensamento científico. Como a atuação estatal interfere na economia com o objetivo de promover a industrialização, a ciência econômica orienta cada vez mais a ação dos governantes dotando o poder público com uma certa racionalidade.

“Defino o termo ‘planejamento’ como sendo as tentativas conscientes feitas pelo governo de um país – geralmente com a participação de outros órgãos coletivos – para coordenar as políticas públicas mais racionalmente, a fim de atingir mais completa e rapidamente os fins desejados para desenvolvimento futuro, determinados pelo processo político em sua evolução ” (MYRDAL, 1962, pp. 40-41).

A figura do economista torna-se central no interior da máquina administrativa. Neste ponto, é preciso salientar que no interior do Estado, segundo Ianni, existe dois tipos de categoria profissional, o *burocrata* e o *técnico*, que orientam o dirigismo estatal com relação ao andamento da economia.

De um lado, o Estado brasileiro busca defender ou preservar o fluxo de renda em determinados setores. Para Ianni, é o que ocorre com o açúcar, o pinho, o sal, etc. E para defender determinados setores, o governo cria técnicas e

instituições com o objetivo de orientar o seu funcionamento. O trabalho fica a cargo dos *burocratas*, cuja responsabilidade é de coordenar o funcionamento das técnicas criadas. A atuação dos burocratas fica no nível apenas da execução, sendo que tem pouca margem para a investigação científica. “*Trata-se de uma burocracia criada com órgãos destinados a preservar determinados setores de produção. [...] Por isso, o burocrata se limita a executar, e sua ação se insere no processo de crescimento*” (IANNI, 1965, p. 186). Para Ianni, o estilo de pensamento do burocrata é conservador e é nesse espírito que atuam os Ministérios e Institutos ao defender o café, o cacau, o açúcar, etc.

Por outro lado, a atividade estatal tem como objetivo dinamizar as atividades produtivas. E neste caso a atuação estatal é mais criadora, quanto à elaboração de instituições e técnicas, como no objetivo de fundar empresas ou mesmo estimular a sua criação. Neste caso, os *técnicos* não são simplesmente os executores, mas antes, têm a atividade de realizar diagnósticos mais complexos acerca da realidade. “*Organizam a execução em padrões que procuram aproximar-se dos científicos, para encontrar a adequação mais íntimas entre fins e meios*” (IANNI, 1965, p. 187). De acordo com Octávio Ianni, o estilo desse pensamento é reformista e o trabalho do técnico é inovador. Os homens encarregados neste tipo de trabalho são técnicos cuja ação se baseia na ciência. Esses homens formam a tecnocracia que colocam em execução os objetivos do governo com relação ao desenvolvimento econômico. Nesta orientação, criam-se vários órgãos, conselhos, comissões e empresas estatais, tais como: o Conselho Estadual de Economia e Administração, de Minas Gerais, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, da Bahia, a Comissão de Desenvolvimento

Econômico, de Pernambuco, o Programa de Metas, o Plano Trienal, a Companhia do Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, a SUDENE.

Sendo assim, a revolução burguesa no Brasil, se não foi liderada pelos técnicos, pelo menos ela ganhou uma dimensão tecnocrática. O reformismo de certas classes adquiriu uma estatura científica. Mas atenta para o fato de que ambas as orientações examinadas coexistem no interior do aparelho estatal. *“Conforme se evidencia no desenrolar desta investigação, a atividade do economista está assumindo significados fundamentais à compreensão do ritmo e das direções das mudanças estruturais”* (IANNI, 1965, p. 189).

Os problemas apontados por Ianni ao analisar a incorporação do pensamento científico e a cooptação dos quadros técnicos para o interior da máquina administrativa são de duas ordens: a primeira que o Estado assume feição de uma instituição que paira acima das classes, a consequência imediata disso é uma reificação por parte de todas as classes com relação ao Estado. Ao invés de tomar o Estado como o produto das mediações das relações de classe, ele é entendido como um poder superior, neutro destinado a harmonizar os interesses contraditórios. Ianni afirma que com isso, o Estado passa de objeto a sujeito da atividade e a visão de história do proletariado se assemelha a da burguesia.

A segunda está no fato de que a política econômica governamental na medida em que se apóia cada vez mais na atividade científica do técnico, faz com que o poder público ganhe dimensões que às vezes escapam à compreensão do proletariado e do empresariado. O exemplo mais claro para Ianni foi com a formulação do Plano Trienal, em 1963, que era a síntese mais completa de todas

as ambições políticas do Estado no Brasil durante a fase de industrialização, tratava-se de um plano que continha o máximo de objetividade científica com intuito de completar a revolução burguesa. Entretanto, a burguesia não compreendeu esse projeto e temeu que fugisse das suas mãos o controle dos processos econômicos. É que o Plano ultrapassava a consciência que a burguesia tinha formulado sobre as reais condições da economia brasileira.

Expressão mais bem acabada de uma política econômica do planejamento público brasileiro, o Plano Trienal caracterizou-se como a fase mais avançada de elaboração intelectual e analítica. Esse plano exprimia convergência entre as experiências dos governos anteriores e dos debates teóricos e técnicos dos economistas brasileiros e latino-americanos, sobretudo no âmbito da CEPAL. Não é à toa que o autor intelectual do Plano Trienal foi o economista brasileiro Celso Furtado²⁷ que somava essas experiências práticas e teóricas do Brasil e da América Latina.

“Pela primeira vez formulava-se, no âmbito do próprio poder público, um diagnóstico amplo, detalhado e integrado das condições e fatores responsáveis pelos desequilíbrios, estrangulamentos e perspectivas da economia do país” (IANNI, 1996, p. 209).

Entretanto, o Governo de João Goulart não conseguiu reunir todas as condições políticas para a execução do Plano Trienal: a luta contra inflação

²⁷ “O desenvolvimentismo cepalino encontrou um terreno particularmente fértil no Brasil, onde suas teses tiveram alguns dos seus mais criativos divulgadores (como Celso Furtado) e um ambiente altamente receptivo entre técnicos governamentais e empresários industriais” (COLISTETE, 2001, p. 31).

sacrificava o populismo, suporte de seu governo; a política cambial sacrificava o nacionalismo econômico, um dos principais elementos da ideologia governamental; finalmente, a luta pela reforma agrária colocava o governo contra as forças políticas tradicionais. Em suma, o *“Plano Trienal não podia fundamentar a política econômica apoiada na ‘democracia representativa’, com forte influência do populismo nacionalista e de esquerda”* (IANNI, 1996, p. 218).

Para Ianni, o Plano Trienal foi a primeira tentativa global e globalizante de planificação no Brasil, *“é o máximo jamais alcançado no empenho para a implantação definitiva do sistema capitalista de produção no país”* (IANNI, 1965, P. 24). Contudo, o Plano não funcionou porque se havia intensificado ainda mais o divórcio entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. De um lado, o Legislativo estava mais comprometido com a sociedade agrária e, conseqüentemente, com a economia primária exportadora. Por outro lado, o Executivo estava muito mais comprometido com a sociedade industrial e financeira. E a política econômica inerente ao Plano Trienal exigia uma centralização da decisão econômica muito mais intensa do que se poderia suportar.

Outra condição inerente do Plano Trienal ressaltado pelo autor está no fato de que todo planejamento requer um certo grau de centralização sobre as decisões políticas e econômicas. Isto faz com que o órgão de planejamento se fortaleça, desenvolvendo-se e consolidando-se uma tecnoestrutura.

“Isto significa que o Plano Trienal não continha apenas um diagnóstico dos problemas, pontos de estrangulamento e possibilidade da economia brasileira. Ele envolvia tanto alvos e meios como o próprio

processo decisório relativo à política econômica governamental. Em síntese, o Plano Trienal conferia maior poder ao Executivo e, em particular, ao próprio órgão de planejamento, do que poderia suportar a estrutura de poder vigente no País na época” (IANNI, 1996, p. 220).

10) CONSIDERAÇÕES FINAIS

É consenso que os estudos de Octávio Ianni são pioneiros na sociologia brasileiro ao adotar um certo tipo de análise²⁸. Por outro lado, também não podemos negar os possíveis limites de sua interpretação acerca da realidade brasileira. Podemos afirmar que a análise da democracia, a questão dos direitos e a possibilidade de construção de um *Welfare State* foram temas secundarizados em Octávio Ianni. A grosso modo, o autor não contempla em sua análise essas variações. As questões dos direitos não estão na pauta das suas preocupações. Um exemplo claro, o autor chega a afirmar que a legislação trabalhista tinha uma razão política: pacificar as relações entre os compradores e vendedores da força de trabalho e não uma política de melhoria das condições dos trabalhadores. Neste sentido, podemos inferir que o salário mínimo, a jornada de trabalho, as férias, o 13º salário são decisões impostas pelo Estado para manter o domínio do capital sobre o trabalho e não por que houve um período de lutas por parte das classes assalariadas demandando direitos trabalhistas. Ianni não nega a atuação do proletariado na luta pelos direitos, mas ao analisar a interferência estatal no controle do sindicato encontra aí um processo de esvaziamento político. A política trabalhista destinava apenas a preservação da massa operária de uma excessiva pauperização

²⁸ “*Importa ressaltar que entre nós, Octávio Ianni será o autor que desenvolverá uma pesquisa pioneira, inspirada no marxismo que versará sobre as relações entre mudanças na esfera estatal e a alteração profunda que isto trazia ao padrão de acumulação capitalista no Brasil*” (REGO, 2005, p. 2)

“O regime de salário mínimo, iniciado em 1940, e as conquistas consubstanciadas na Consolidação das Leis do Trabalho, posta em vigência em 1943, tiveram o objetivo – entre outros – de preservar a classe operária de uma pauperização drástica. Ao mesmo tempo, destinavam-se a manter as relações de produção em conformidade com as exigências do desenvolvimento econômico” (IANNI, 1968, p. 61).

Nessa mesma linha de raciocínio, em sua análise, o Welfare State, intensamente discutido na Europa durante este período, conforme foi explicitado na introdução da presente dissertação de mestrado, não é contemplado como uma possibilidade real para o Brasil. Segundo o autor existiu apenas dois caminhos traçados pelos governantes como forma de modificação da estrutura econômica do país: um sistema econômico baseado num *capitalismo nacional*, cujo interesse estava na tentativa de se manter a autonomia dos centros de decisões vinculados internamente. Enquanto que em outras políticas econômicas, buscava-se implantar um sistema econômico configurado como *capitalismo dependente*, onde as configurações externas determinariam o andamento interno. O primeiro caminho sempre foi uma luta de Getúlio Vargas e o segundo fez parte do projeto político de Juscelino Kubitschek. Estes dois caminhos são sempre determinados pelo capital, pelos interesses da burguesia dominante e pela influência ou não do capitalismo internacional. A possibilidade de construção de um Welfare State não era considerada, na medida em que esse sistema não passava, em sua concepção, de uma suavização das condições dos trabalhadores. Implicava apenas numa estratégia da classe dominante em manter pacífico o proletariado em uma relativa harmonia as contradições de classe.

“Na ideologia da classe dominante, especialmente do grupo empresarial, as relações de classes são colocadas em termos de ‘paz social’, que é uma das formas sob as quais se exprime o Welfare State posto em prática no Brasil. Dando continuidade à política estatal iniciada por Vargas, a liderança empresarial coloca as relações com os assalariados, em especial o proletariado, em termos de convívio harmonioso, fundado numa identidade de fins” (IANNI, 1965, p. 156).

A única via de emancipação do Brasil e do brasileiro é o socialismo, cujo objetivo fundamenta-se na crescente estatização como forma de socializar o sistema econômico para toda a sociedade brasileira. Somente nesse caminho é conseguido a ruptura total com o sistema econômico social vigente, uma espécie de negação do modo de produção capitalista e da sua condição de país colonial, semi-colonial, etc.; já o *desenvolvimentismo* é a ideologia de uma ruptura apenas parcial de nações que optam pelo desenvolvimento capitalista. Implica que as soluções das contradições do sistema são resolvidas com o processo de industrialização, ou seja, com a implantação de uma sociedade burguesa industrial. Luta-se, na verdade, para a conversão do capital agrícola, comercial ou financeiro em capital industrial.

“Afirma-se que é geral (desenvolvimento econômico, social, cultural etc.) o que é, em primeiro lugar, particular (a supremacia da produção industrial). É a ideologia da nova classe dirigente, na fase de ascensão do poder” (IANNI, 1965, 109).

A democracia pensada está na vertente populista que entra em colapso nos anos 1960. É uma técnica política que faz a adequação do comportamento político do operariado à conformação do capitalismo. Essa política é de ajustamento entre o capital e o trabalho, trata-se de uma política para encobrir a ruptura entre o produtor e os meios de produção (IANNI, 1965). Nessa interpretação, a democracia nada mais é do que uma ferramenta para constituição do capitalismo. A participação política dos trabalhadores em âmbito nacional é dada no plano de uma defesa do desenvolvimentismo nacionalista. Disso tudo, podemos inferir que para Ianni a verdadeira democracia só poderia ser obtida através do socialismo. Pejorativamente Ianni afirma:

“Assim, a Consolidação das Leis do Trabalho, o Partido Trabalhista Brasileiro, o peleguismo, o Estatuto do Trabalhador rural, Vargas, Kubitschek, Goulart, Arraes, Brizola fazem parte de um mesmo sistema e continuum. E juntam-se também Ademar de Barros, Hugo Borghi, Jânio Quadros e outros, como elementos do mesmo universo populista, todos eles, no entanto, estão relacionados ao pensamento getuliano e particularmente à política de massas, como elementos ligados nuclearmente ou como variantes. Essa é uma das conotações básicas da democracia populista” (IANNI, 1968).

Dentro dessa linha de raciocínio podemos voltar à concepção que Ianni possuía acerca do nacionalismo: desenvolvimento, industrialização e independência com relação aos estrangeiros. Ou seja, a ideologia nacionalista

como uma forma de ferramenta na constituição do capitalismo. Ora, o nacionalismo desse período não era apenas nesse sentido. É claro que também tinha esse aspecto, mas representava outros anseios. Não era apenas uma mistificação, “*elemento da ideologia da burguesia industrial brasileira*” (IANNI, 1957, p. 133). Bolívar Lamounier ao rebater as críticas feitas por Caio Navarro de Toledo sobre a possível mistificação do nacionalismo pelo ISEB, já explicitada acima, aponta para o fato que nacionalismo tinha outra significação:

“Quem quer que se lembre dos anos 50 há de saber que, para muitos, o jargão nacionalista significava justamente o oposto da alegada mistificação. Significava crítica ao status quo; significava tomada de consciência de inúmeros problemas, entre os quais o da desigualdade, quer ou não percebida em termos de estrutura de classes; e, sobretudo, significava abertura política, abertura de um espaço maior para a participação. Disse e repito: significava tudo isso para muitos. Não para todos” (LAMOUNIER, 1979, p. 156).

Em um texto, publicado em 1965 na Revista Civilização Brasileira, intitulado *Democracia e Progresso*, Ianni discute a questão da formação de uma prática democrática no contexto de expansão e desenvolvimento capitalista nos países subdesenvolvidos. As relações entre a estrutura econômica e a estrutura do poder político são postas em evidência.

Em uma configuração social, política e econômica em que se desejam o desenvolvimento econômico acelerado, o aumento da produção e do consumo dos produtos industrializados e a intensificação da acumulação de capital, a

democracia pode ser criada, mantida ou aniquilada. Para Ianni, a democracia em tal contexto está subjugada ao interesse do capital.

Em um contexto de desenvolvimento capitalista, há uma tendência muito clara de transformação dos trabalhadores em cidadãos e de uma formação de estrutura democrática de poder. Com a consolidação da cultura democrática, ainda que muito precária, bem como a sucessão de grupos no poder, faz com que o movimento das massas trabalhadoras ganham uma enorme dimensão política nas decisões. Segundo o autor, é partir desse contexto que emergem estratégias políticas de massa como o populismo e o nacionalismo, por exemplo. *“O getulismo e o peronismo, exemplificam muito bem um aspecto importante do mecanismo de sucessão de grupos no poder, em conexão com a movimentação de massas”* (IANNI, 1965b, p. 6).

Ianni não nega que a política de massas traz à tona uma cultura de certa prática política na luta pelos direitos, bem como a formação de uma consciência de cidadania. Mas para ocorrer a mudança da configuração do poder, a burguesia industrial alia-se aos movimentos de massa para obter a hegemonia sobre a burguesia agrária. E é por isso que essa democracia tem um limite na análise do autor. *“A democracia é antes um ideal que uma realidade”* (IANNI, 1965b, p. 7). É que juntamente com a formação de uma cultura democrática, há por outro lado um endurecimento do poder na medida em que se busca antes de tudo a formação de um parque industrial. Para que o capital industrial possa se consolidar e expandir é preciso favorecer a limitação das liberdades democráticas, na medida em que há um conflito entre a acumulação e a participação das massas na sociedade. E é por isso que *“O processo de industrialização no Brasil e na Índia, na Argentina e*

no Egito, Está fortemente marcado pelo autoritarismo” (IANNI, 1965b, p. 8). Com a necessidade de ampliar e acelerar a reprodução do capital, as liberdades democráticas são limitadas ou até mesmo eliminadas para por em prática a elevação e racionalização da poupança e do investimento. “*Em particular, na época da aceleração desenvolvimentista, a sociedade como um todo, ou os grupos que detêm o poder, conforme o caso, impõe à população as condições de poupança*” (IANNI, 1965b, p. 11).

Portanto, para Octávio Ianni, há um limite da formação de uma cultura democrática no interior de uma sociedade capitalista. A democracia ela só possível, neste contexto, se for benéfica para o capital. Há momentos em que o processo de desenvolvimento exige a participação das massas no governo para que haja expansão econômica. “*Essa é a época do progresso democrático*”. Há outros, no entanto, que as massas se tornam indesejáveis e são colocadas fora do jogo político. “*Essa é a época da ditadura*”.

A partir disso podemos inferir que assim como a emancipação de uma nação como um todo não será possível se adotar a estratégia de desenvolvimento econômico via capitalismo, na medida em que os laços históricos não são quebrados facilmente, a democracia também não será obtida se mantivermos sob à lógica da produção capitalista. Percebe-se que para Ianni a luta política deve estar no empreendimento de fazer uma revolução socialista na medida em que ele não vislumbra a possibilidade de haver democracia em conjugação com o capitalismo. E é por isso também que a alternativa de um Estado de bem-estar social dotado de garantias de direitos tanto sociais como políticos, tal qual tratada

na introdução do presente trabalho, não é contemplada pelo autor. A única possibilidade aqui é a revolução socialista.

11) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARRUDA, Maria Arinda do Nascimento. “**A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’**”. In Miceli, Sérgio (org.) *História das ciências Sociais*. Volume 2. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995.

BASTOS, Élide Rugai. “**Pensamento social da escola sociológica paulista**” In MICELI, S. (org.) *O que ler na ciência social brasileira 1970 – 2002*. São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré; Brasília, DF: CAPES, 2002.

BRITO, Jeanne Gomes. **Octávio Ianni e a interpretação do Brasil: a concepção dialética da história sob o signo da metamorfose**. Dissertação de mestrado: UNESP/Araraquara, 2005.

CANO, Wilson. “**Brasil: o sonho acabou?**”. In *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. “**Desenvolvimento econômico e nacionalismo**”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, nº 12, 1957, pp. 88-98.

_____. **“O método dialético na análise sociológica”**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Belo Horizonte, p. 85-106, março/1962.

_____. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia, 1964.

_____. **“Prefácio”**. In *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **“Memórias de Maria Antonia”**. In *Maria Cecília Loschiavo dos Santos (org.). Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **“Um lugar chamado Maria Antônia”**. In *Maria Cecília Loschiavo dos Santos (org.). Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

COLISTETE, Renato Perim. **“O Desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil”**. *Revista Estudos Avançados*. Vol. 15, nº 41, São Paulo: jan./abr. 2001.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa Era de Revolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. “**Democracia e Desenvolvimento**”. In *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, 1977.

_____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: DIFEL/DIFUSÃO EDITORIAL S. A., 1979.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S. A., 1987.

_____. “**O encanto da vida**”. In FALEIROS, M. I. L.; CRESPO, R. A. (Org.) *Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

GIANNOTTI, José Arthur. “**Recepções de Marx**”. In *Novos Estudos CEBRAP*, nº 50, pp. 115-124, Março, 1998.

GOUREVITH, Peter. *Politics in hard times: comparative responses to international economic crises*. New York: Cornell University Press, 1986.

HABERMAS, Jürgen. **A nova intransparência: A crise do Estado de bem estar social e o esgotamento das energias utópicas**. In: Novos Estudos CEBRAP, n. 18, 1987

IANNI, Octávio. “**Aspectos do nacionalismo brasileiro**”. Revista Brasiliense, nº 14, 1957, pp. 121 -133.

_____. *Industrialização e Desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____. *Estado e capitalismo: Estrutura social e Industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. “**Democracia e progresso**”. Revista Civilização Brasileira, Nº, 1965, pp. 1965b, p. 5-13.

_____; Singer, Paul; Cohn, Gabriel; Weffort, Francisco C. *Política e Revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *O ABC da Classe Operária*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e Transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: tese de doutorado – FFLCH-USP, 1999.

LAMBERT, Jacques. *Os dois brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

LAMOUNIER, Bolívar. “**O ISEB: Notas à margem de um debate**”. *In Discurso*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe e status*. Rio de Janeiro: 1967.

MYRDAL, Gunnar. *O Estado do Futuro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*.
Petrópolis: Editora Vozes, 1981

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*.
São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEREIRA, Luiz. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão
Européia, 1965.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de
Janeiro: Campus, 1980.

PREBISCH, Raul. *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. México:
Fondo de cultura económica, 1963.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia
das Letras, 1989.

RÊGO, Walquíria G. D. Leão. **“Intellectuels, État et ordre démocratique:
Florestan Fernandes et l'autonomie nécessaire”**. In ROLLAND, Denis;
RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai (Orgs.) *L'Intellectuel, L'Etat et La
Nation*. Paris: L'Harmattan, 2006.

_____. **“Nota sobre Octávio Ianni”**. Revista Trapézio, 2005.

ROMÃO, Wagner de Melo. *A experiência do CESIT: Sociologia e Política acadêmica nos anos 1960*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. *La crise de l'État providence*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.

SALLUM Jr., Basílio. **“Notas sobre o surgimento da Sociologia Política em São Paulo”**. *Revista Política & Sociedade*, nº 1, setembro de 2002.

SERRA, José. **“Ciclos e mudanças estruturais na Economia brasileira do Pós-guerra”**. In BELUZZO, L; COUTINHO, R. (Orgs.) *Desenvolvimento capitalista no Brasil. Vol. I, São Paulo: Brasiliense, 1982*.

SINGER, Paul. **“Nos arredores de Maria Antônia”**. In *Maria Cecília Loschiavo dos Santos (org.). Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988 .

SILVA, Luiz Fernando. *Pensamento social brasileiro: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentas, 2003.

_____. **“A discussão Teórico-metodológica nos marxistas acadêmicos do grupo d’O Capital”**. Revista Estudos de Sociologia, São Paulo: UNESP – Araraquara, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **“História do ISEB 1: a formação”** in *Temas Ciências Humanas*, nº1, pp. 101-119, 1977.

_____. **“História do ISEB 2: Crise”** in *Temas Ciências Humanas*, nº2, pp. 119-143, 1977.

_____. **“História do ISEB 3: fechamento”** in *Temas Ciências Humanas*, nº4, pp. 60-91, 1978.

SCHWARZ, Roberto. **“Um Seminário de Marx”**. In *Novos Estudos CEBRAP*, nº 50, pp. 99-114, Março, 1998.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **“Introdução”**. In SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *Jonh Maynard Keynes*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

12) APÊNDICE

Biobibliografia de Octávio Ianni

Octávio Ianni nasceu na cidade de Itu, interior do estado de São Paulo, no dia 13 de outubro de 1926. Ingressou no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP). Graduou-se em Ciências Sociais em 1954 e dois anos depois, obteve o título de Mestre em Sociologia, com a dissertação *Raça e mobilidade social em Florianópolis*. Doutorou-se em 1961 com a tese *O Negro na sociedade de castas*. Em 1964, foi habilitado a professor livre-docente com a tese *O Estado e o desenvolvimento econômico* e, um ano depois, essa tese foi publicada sob o título de *Estado e Capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. De 1956 a 1969 Ianni lecionou como professor assistente na Cadeira de Sociologia I da faculdade de filosofia da USP, até ser aposentado compulsoriamente pelo regime militar com base no Ato Institucional nº 5 de 1968.

Depois de ter sido professor na USP, Octávio Ianni voltou a lecionar no Brasil a partir de 1977, na Pontífice Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). De 1993 até sua morte, em 2004, foi professor de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Além disso, foi professor visitante em diversas instituições no exterior tais como: Institute of Latin American Studies, Columbia University; Escuela Nacional de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Autónoma de México; St. Antony's college, Oxford University; Facultad de Ciencias Políticas y Sociología,

Universidad Complutense de Madrid; Instituto Universitario Ortega y Gasset, Fundación José y Gasset, Madrid; faculdade de Filosofia y Letras, Universidade Autonoma de Madrid.

Relação cronológica de livros e artigos de Octávio Ianni levantados na presente pesquisa²⁹.

DÉCADA DE 1950

Raça e Mobilidade Social em Florianópolis / Octávio Ianni. Dissertação de mestrado, 1957.

Ianni, Octávio. **“Aspectos do nacionalismo brasileiro”**. Revista Brasiliense, nº 14, 1957, pp. 121 -133.

_____. **“O estudo da Situação Racial Brasileira”**. Revista Brasiliense, nº 19, 1958, pp. 79 – 86.

Ianni, Octávio; CARDOSO, F. H.. **“As exigências educacionais do processo de industrialização”**. Revista Brasiliense, nº 26, 1959, pp. 141-168.

DÉCADA DE 1960

²⁹ O número que se encontra entre cochetes no final de cada título é o numero de chamada do livro na biblioteca Octávio Ianni do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade estadual de Campinas.

Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional / Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni; pref. de Florestan Fernandes. -Ed. Nacional, 1960.
[301.4519608163 C179c]

IANNI, Octávio. “**Condições do ensino Democrático**”. Revista Brasiliense, nº 27, 1960

_____. “**Fatores humanos da industrialização no Brasil**”. Revista Brasiliense, nº 30, 1960, pp. 50-66.

IANNI, Octávio. “**Os industriais da seca e os ‘Galileus’ de Pernambuco**” (Resenha do livro de Antonio Callado, RJ, Civilização brasileira, 1960), Nº 32, 1960, p. 174.

Homem e sociedade / Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.- Nacional, 1961. [301 C179h]

Os negros na Sociedade de Castas / Octávio Ianni. – Tese de Doutorado (USP), São Paulo, 1961.

_____. “**Condições institucionais do comportamento político operário**”. Revista Brasiliense, Nº 36, 1961, pp. 16-39.

_____. **“A crise do pensamento sociológico”**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 1, Nº, Nov. 1961, pp. 189-203.

_____. **“Aspectos políticos da secularização do comportamento no Brasil”**. Revista brasileira de estudos políticos, Nº 10, 1961, pp. 91-104.

_____. **“A constituição do proletariado agrícola no Brasil”**. Revista Brasileira de Estudos políticos, Nº 10, 1961, pp. 91-104.

_____. **“A constituição do proletariado agrícola no Brasil”**. Revista Brasileira de Estudos políticos, Nº 12, 1961, pp. 27-46.

As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional / Octavio Ianni. -DIFEL, 1962. [301.449309981 la6m]

_____. **“O jovem radical”**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. II, nº 2, 1962, pp. 121-142.

Industrialização e desenvolvimento social no Brasil / Octavio Ianni. Civilização Brasileira, 1963. [301.24 la6i]

Estado e o Desenvolvimento Econômico no Brasil. Tese de livre-docência (USP), São Paulo, 1964.

Estado e capitalismo, estrutura social e industrialização no Brasil / Octavio Ianni. -Civilização Brasileira, 1965. [330.981 la6e]

Política e revolução social no Brasil / Octavio Ianni, Paul Singer, Gabriel Cohn e Francisco C. Weffort. - Civilização Brasileira, 1965. [320.981 P759]

_____. **“Democracia e progresso”**. Revista Civilização Brasileira, Nº, 1965, pp. 1965, p. 5-13.

Raças e classes sociais no Brasil / Octavio Ianni. - Civilização Brasileira, 1966. [301.4510981 la6r]

_____. **“A solidão do cidadão Kane”** . Revista Civilização Brasileira, nº 5/6, 1966, pp. 205-213.

_____. **“Sociologia da Sociologia na América Latina”**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. IV, Nº 1, Jun/1966, pp. 154-181.

_____. **“Economia e sociedade na América Latina”**. Revista Civilização Brasileira, Nº 9/10, 1966, pp. 93-112.

_____. **“Polarizações da Ideologia do empreendedor”**. Revista Brasileira de Estudos políticos, Nº 22, Jan/1967, pp. 195-209.

IANNI, Octávio. "**A grande cidade**". Revista Civilização Brasileira, Nº 13, 1967, pp. 199-202.

_____. "**As Ciências sociais em São Paulo**". In Bruno, Ernani Silva (Org.) *São Paulo: Terra e Povo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.

O colapso do populismo no Brasil / Octavio Ianni. - Civilização Brasileira, 1968.
[320.54098106 la6c]

_____. "**A mentalidade do homem Simples**". Revista Civilização Brasileira, 1968, pp. 113-117.

_____. "**Os Estados Unidos e a situação Latino-americana**". Revista Civilização Brasileira, 1968, pp. 45-61.

DÉCADA DE 1970

Crisis in Brazil / by Octavio Ianni; translated by Phyllis B. Eveleth. Columbia Univ. Press, 1970. [320.54098106 la6c]

Imperialismo y cultura de la violencia en América Latina / por Octavio Ianni ; traducción de Claudio Colombani y Jose Thiago Cintra. -Siglo Veintiuno, 1970.
[321.03098 la6i]

Sociologia da sociologia latino-americana / Octavio Ianni. - Civilização Brasileira, 1971. [301.098 la6s]

Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970) / Octavio Ianni. - Civilização Brasileira, 1971. [338.981 la6e]

Teorias de estratificação social: leituras de sociologia / Octavio Ianni(org.). - Nacional 1972 [301.44 la6t]

América Latina y Estados Unidos : relaciones políticas internacionales y dependencia / Octavio Ianni, Marcos-Kaplan. - IEP, c1973. [327.8073 la6a]

Diplomacia e imperialismo na América Latina / Octavio Ianni. - CEBRAP, 1973. [327.2098 la6d]

Imperialismo na América Latina. - Civilização Brasileira, 1974. [327.73098 la6i]

Sociologia e sociedade no Brasil/ Octavio Ianni. - Alfa-Omega, 1975. [301.0981 la6s]

A formação do estado populista na América Latina / Otavio Ianni. - Civilização Brasileira, 1975. [322.4098 la6f]

Esclavitud y capitalismo / por Octavio Ianni ; traducción de Stella Mastrangelo.

Siglo Veintiuno Editores, 1976. [380.144 la6e]

A classe operaria vai ao campo / Octavio Ianni. - Brasiliense 1976.

[301.243098161 la6c]

Imperialismo e cultura / Octavio Ianni. - Vozes, 1976. [327.7308 la6i]

El Estado capitalista en la epoca de Cárdenas/ Octavio Ianni, trad. Ana Maria

Palos - Era 1958, 1977 [330.1220972 / la6e]

A luta pela terra: historia pela terra numa área da Amazônia / Octavio Ianni. -

Vozes, 1978. [333.3098113CA la6L CLE FE-MT³⁰]

Escravidão e racismo / Octavio Ianni. - HUCITEC, 1978. 301.4510981 la6e

Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia:

1964-1978 / Octavio Ianni. - Civilização Brasileira, 1979. [338.188112 la6d]

Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia / Octavio Ianni. Vozes,

1979. [301.32609811 la6c]

³⁰ Esta obra está na biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp na coleção especial Maurício Tragtenberg.

DÉCADA DE 1980

O ABC da classe operaria / Octavio Ianni. - HUCITEC, 1980. [301.4442098161
la6a]

A ditadura do grande capital / Octavio Ianni. - Civilização Brasileira, 1981.
[301.440981 la6d]

Dialética e capitalismo / Octavio Ianni. - Vozes, 1982. [330.122 la6d]

[Revolução e cultura] / Octavio Ianni. - Civilização Brasileira, 1983. [301.2 la6r]

Origens agrárias do estado brasileiro / Octavio Ianni. - Brasiliense 1984.
[338.10981 la6o FE-MT]

O ciclo da revolução burguesa / Octavio Ianni. - Vozes, 1984. [301.4410981 la6c
FE-MT]

A questão nacional / Elide Rugai Bastos, Octavio Ianni. - PUCSP, 1985.
301.2981 B297q FE-MT

Classe e nação / Octavio Ianni. - Vozes, 1986. [301.44 la6c FEF]

A sociologia e o mundo moderno / Octavio Ianni. - EDUC, 1988. [301.09034
la6s]

Uma cidade antiga / Octavio Ianni. - Ed. Unicamp, 1988. [981.61lt la6c]

Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro / Octavio Ianni.
- Atica, 1989. [301.098 la6s 3.ed.]

DÉCADA DE 1990

A idéia de América Latina / Octavio Ianni. - UNICAMP/IFCH, 1990. [980 la6i]

Ensaio de sociologia da cultura / Octavio Ianni. - Civilização Brasileira, 1991.
[301.2 la6e]

A sociedade global / Octavio Ianni. - Civilização Brasileira, 1992. [301.2 la6s]

O labirinto latino-americano / Octavio Ianni. - Vozes, 1993. [320.98 la6L]

A idéia de Brasil moderno / Octavio Ianni. - Brasiliense, 1994. [330.981 la6i]

Teorias da globalização / Octavio Ianni. - Civilização Brasileira, c1995. [301.24
la6t]

Brasil em artigos: coletânea de textos publicados na revista São Paulo em Perspectiva / Octavio Ianni [et al.] ; SEADE. - SEADE, 1995. **330.981 B736 IE**

A era do globalismo / Octavio Ianni. - Civilização Brasileira, 1996. **[301.2 Ia6e]**

Sociologia e literatura / Octavio Ianni. - UNICAMP/IFCH, 1997. **[301.01 Ia6s]**

A sociologia no horizonte do século XXI / Leila da Costa Ferreira (Org.); Otavio Ianni [et al.]. - Boitempo, 1997. **[301.01 So13]**

O príncipe eletrônico / Octavio Ianni. -UNICAMP/IFCH, 1998. **[320.01 Ia6p]**

Desafios da globalização / organizadores Ladislau Dowbor, Octavio Ianni, Paulo-Edgar A. Resende. - Vozes, 1998. **909.82 D45**

Língua e sociedade / Octavio Ianni. - UNICAMP, 1999. **[306.44 Ia6L]**

DÉCADA DE 2000

A globalização e o retorno da questão nacional / Octavio Ianni. - Unicamp, 2000. **[337.1 Ia6g]**

Enigmas da modernidade-mundo/ Octavio Ianni. - Civilização Brasileira, 2000. **[303.4 Ia6e]**

Sociologia do futuro / Octavio Ianni. - UNICAMP/IFCH, 2001. [301.01 la6s]

Estados Unidos: a supremacia contestada / Ladislau Dowbor, Octavio Ianni, Ricardo Mendes Antas Jr. (orgs); Antonio Correa de Lacerda...[et al]. – [327.73 Es82]

Capitalismo, violência e terrorismo / Octavio Ianni. - Civilização Brasileira, 2004. [330.122 la6c FE]

Pensamento social no Brasil / Octavio Ianni. - EDUSC: ANPOCS, 2004 [301.0981 la6p]